

ROTEIRO PARA O FINANCIAMENTO VERDE INCLUSIVO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

Versão final

Data: 26 de outubro de 2025

Consultor: Matthias Knoch

Índice

Resumo executivo	3
1. Introdução e Visão Estratégica	5
Contexto e desafio	5
Definição de financiamento verde inclusivo	6
Visão estratégica	6
Principais desafios abordados	7
Objetivos do Roteiro	8
Princípios orientadores	8
2. Plano de implementação estruturado	10
Fundamentação e abordagem	11
Cronograma	12
Plano de implementação detalhado	13
3. Estrutura de Medição de Impacto e Princípios Orientadores	25
Fundamentação	25
Princípios Orientadores	25
Métricas de M&E sugeridas	26
Métricas do painel de controlo de alto nível	26
Subpilares Métricas de M&E	31
4. Governança e estrutura institucional	36
Justificação	36
Princípios fundamentais para a governança	36
Estrutura de governança proposta	37
5. Estratégia de implementação e recomendações políticas	40
6. Conclusão	43
Alinhamento internacional e benchmarking	44
7. Anexos	45
Anexo 1. Códigos dos pilares e quadro de mapeamento de ações	45
Anexo 2. Pilares e ações do roteiro integrado mapeados com referências às melhores práticas internacionais	48
Anexo 3. Roteiro do IGF - Painel de monitorização e avaliação	52
Anexo 4. Roteiro do IGF - Anexo operacional de monitorização e avaliação por subpilar	54
Anexo 5: Ilustração dos KPIs do Painel de Finanças Verdes	59
Anexo 6: Benchmarking internacional e melhores práticas	60
Anexo 7: Indicadores ilustrativos de risco climático para o Quadro de Avaliação da Estabilidade Financeira (FSAF)	63
Anexo 8: Acrónimos	65
Nota sobre os anexos 2 e 6:	67
8. Bibliografia	68

Resumo executivo

Moçambique está entre os países mais vulneráveis às alterações climáticas do mundo, com inundações, secas e ciclones repetidos que ameaçam os meios de subsistência, as infraestruturas e a estabilidade macroeconómica. Ao mesmo tempo, o sistema financeiro enfrenta desafios de baixa inclusão, financiamento de longo prazo limitado e fraca resiliência a choques externos. O Roteiro para o Financiamento Verde Inclusivo (IGF) responde a este duplo desafio, estabelecendo um quadro coerente para a construção de um sistema financeiro resiliente às alterações climáticas, inclusivo e alinhado com as melhores práticas internacionais.

Caixa: O que significa «inclusivo» em finanças verdes inclusivas?

Inclusivo refere-se a produtos e políticas que visam MPMEs, mulheres, comunidades rurais e jovens que são desproporcionalmente vulneráveis aos riscos climáticos.

O roteiro é o resultado de uma avaliação diagnóstica, consultas extensivas às partes interessadas e benchmarking internacional. Ele destaca que os fluxos atuais de financiamento climático são, em média, de apenas US\$ 160 a 200 milhões por ano, contra uma estimativa de US\$ 16 bilhões necessários até 2030. Para colmatar esta lacuna, a agenda de reformas sequenciada centra-se em facilitadores prioritários, tais como uma taxonomia verde nacional, regras de divulgação e obrigações sustentáveis/instrumentos financeiros azuis. O roteiro está organizado em sete pilares, integrando considerações climáticas e ESG na regulamentação e supervisão, ao mesmo tempo que expande o acesso equitativo a produtos financeiros verdes para comunidades vulneráveis e MPMEs.

1. Supervisão e integração dos riscos climáticos: integrar os riscos climáticos e ESG nas políticas, supervisão e práticas operacionais, incluindo divulgações e testes de estresse.
2. Títulos e crédito sustentáveis (verdes, azuis, etc.): estabelecer uma estrutura de títulos sustentáveis, emissões soberanas e corporativas piloto, expandir linhas de refinanciamento e dimensionar produtos de crédito verde.
3. Infraestrutura institucional e de mercado: preparar e agregar um pipeline de projetos verdes, operacionalizar um Mecanismo de Preparação de Projetos e lançar uma Plataforma Nacional de Investimento Verde/Azul.
4. Capacitação e sensibilização: reforçar as competências de supervisão e de mercado, institucionalizar a formação, promover a literacia climática e financeira e colmatar as lacunas de financiamento em matéria de género e de MPME.
5. Políticas e plataformas de coordenação: formalizar o papel do BdM nos mecanismos de coordenação, estabelecer um Fórum Inclusivo de Financiamento Verde e integrar o IGF na estrutura do NFIC.
6. Dados e divulgação de finanças verdes: exigir relatórios alinhados com o ISSB, exigir verificação para grandes instituições financeiras e criar um painel de controlo climático e financeiro sustentável ligado à marcação orçamental.

7. Medidas transversais e de inovação: promover soluções digitais, sandboxes de inovação, abordagens sensíveis ao género, integração macroprudencial e avaliações independentes.

A estratégia segue uma abordagem faseada para garantir a viabilidade e o impulso sustentado. As ações de curto prazo (0-2 anos) estabelecem as bases regulatórias, de dados e institucionais. As ações de médio prazo (2-4 anos) mobilizam capital através dos mercados obrigacionistas, plataformas de financiamento misto e empréstimos verdes a MPMEs. As ações de longo prazo (4+ anos) consolidam a resiliência sistémica através de quadros macroprudenciais, expandem a integração regional e posicionam Moçambique como líder regional em finanças verdes inclusivas.

O roteiro enfatiza a proporcionalidade, a praticidade e o alinhamento com padrões internacionais, como o ISSB, o NGFS e o SBFN. O seu sucesso dependerá da forte liderança do Banco de Moçambique, da estreita colaboração com ministérios-chave e outras instituições governamentais relevantes, prestadores de serviços financeiros, o setor privado e o apoio sustentado de parceiros de desenvolvimento. Ao implementar esta agenda, Moçambique pode colmatar o seu défice de financiamento climático, alargar a inclusão financeira e construir um sistema financeiro resiliente que sustente um crescimento sustentável e inclusivo.

1. Introdução e Visão Estratégica

Contexto e desafio

Moçambique ocupa uma posição extremamente elevada nos índices globais de vulnerabilidade climática, com exposição a ciclones, inundações, secas e erosão costeira significativa, figurando entre os países mais afetados em África. Entre 2016 e 2024, o país sofreu vários ciclones de categoria 4-5 — incluindo o Idai (2019) e o Freddy (2023) — que causaram perdas económicas combinadas superiores a 3 mil milhões de dólares e deslocaram mais de 1,5 milhões de pessoas. Os ciclos de seca ocorrem agora a cada 3-4 anos, reduzindo a produção agrícola e exacerbando a pobreza rural.¹

Os 2.700 km de costa do país, a sua localização dentro de nove grandes bacias hidrográficas e a dependência da agricultura de sequeiro (que emprega cerca de 70% da população) tornam esses riscos sistémicos. Para as comunidades rurais, mulheres, jovens e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) — que representam mais de 89% das empresas — os choques climáticos são frequentemente eventos que mudam vidas, destruindo as suas principais fontes de rendimento e ativos em poucos dias.²

Apesar destes riscos, o setor financeiro de Moçambique tem um potencial inexplorado para impulsionar a resiliência climática e a transformação económica sustentável. No entanto, persistem barreiras estruturais, incluindo a elevada dívida pública (94% do PIB, limitando o espaço fiscal), mercados de capitais pouco profundos com investidores institucionais limitados e dependência de financiamento externo concessionário. O diagnóstico também destaca barreiras persistentes.³

- **Lacunas regulatórias** — Integração limitada dos riscos climáticos e ESG na supervisão e regulamentação. No entanto, o Plano Estratégico do BdM (2025-2030) já inclui a integração dos riscos climáticos nas políticas monetárias e macroprudenciais, fornecendo uma base para as ações do roteiro.
- **Lacunas nos produtos** - quase nenhum dos bancos oferece um produto verde dedicado; a penetração do seguro contra riscos climáticos permanece abaixo de 5% das famílias; e a procura geral por produtos verdes continua baixa, limitada pela conscientização limitada, barreiras de acessibilidade e baixos incentivos ao consumidor.
- **Lacunas nos dados** - Não existe uma taxonomia nacional de financiamento climático ou um painel de controlo para acompanhar os fluxos verdes, nem um mecanismo sistemático de identificação das despesas climáticas no **orçamento** do governo. **Lacunas na coordenação** - Ação institucional fragmentada entre o governo, os reguladores e os doadores.
- **Lacunas no mercado de capitais** - até à data, não há emissão doméstica de obrigações verdes, azuis ou sustentáveis, embora já esteja em curso a preparação de um decreto sobre obrigações sustentáveis, que estabelece as bases para emissões-piloto. **Riscos de implementação** - capacidade institucional limitada, dependência

¹ Perfil de Resiliência à Seca: Moçambique. 2020. Programa CIWA / Banco Mundial.

² Relatório do Banco Mundial sobre o clima e o desenvolvimento em Moçambique, 2022.

³ Estudo Diagnóstico da AFI/BdM sobre Financiamento Verde Inclusivo, 2025.

de assistência técnica externa e risco de exclusão digital para grupos rurais e vulneráveis.

Os fluxos de financiamento climático permanecem muito abaixo das necessidades: entre 2011 e 2018, Moçambique recebeu aproximadamente US\$ 1,3 bilhão em financiamento relacionado ao clima (cerca de US\$ 160-200 milhões/ano), contra uma estimativa de US\$ 16,18 bilhões necessários até 2030 para cumprir suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).⁴

Definição de financiamento verde inclusivo

Para efeitos deste roteiro, o financiamento verde inclusivo (IGF) é definido como:

«Políticas, regulamentos e práticas de mercado que promovem simultaneamente a sustentabilidade ambiental e a inclusão financeira, permitindo que indivíduos, famílias e empresas – particularmente os mais desfavorecidos – tenham acesso e utilizem serviços financeiros para adaptação, mitigação e resiliência climática.»

Esta definição inclui também as «finanças azuis» e enfatiza a integração bidirecional, tornando as finanças «verdes» e azuis acessíveis àqueles que estão mais expostos ao risco climático.

Visão estratégica

O Roteiro IGF prevê um sistema financeiro resiliente, de baixo carbono e inclusivo que apoia a adaptação, a mitigação e o acesso equitativo ao financiamento verde. Esta visão será perseguida através de uma abordagem baseada em dados, ancorada em taxonomias fiáveis, quadros de divulgação e painéis de controlo para garantir uma tomada de decisões baseada em evidências. O roteiro também distingue claramente entre mandatos diretos, em que o BdM lidera a regulamentação e a supervisão, e mandatos partilhados ou indiretos, em que o BdM facilita ou co-lidera com ministérios, reguladores e atores do mercado.

O Roteiro do IGF prevê um sistema financeiro resiliente, de baixo carbono e inclusivo que:

- **Canalize o investimento** para setores verdes e resilientes às alterações climáticas, alinhados com o NDC e as estratégias nacionais de Moçambique;
- **Expande o acesso equitativo** a produtos financeiros acessíveis e bem concebidos para populações carenciadas, permitindo-lhes reforçar a resiliência climática e contribuir para a mitigação das alterações climáticas.
- **Integre sistematicamente as considerações climáticas e ESG** na regulamentação financeira, supervisão e práticas operacionais.

Esta visão é totalmente consistente com o duplo mandato do Banco de Moçambique de estabilidade financeira e inclusão⁵ e apoia diretamente:

⁴ Base de dados do OCDE-CAD sobre financiamento do desenvolvimento relacionado com o clima, 2024.

⁵ Banco de Moçambique. 2025. Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (NFIS) 2025-2031.

- **Estratégia de Inclusão Financeira 2025-2031** - Finanças verdes como facilitador transversal;
- **NDC atualizado (2021)** - Metas climáticas setoriais em energia renovável, agricultura, água, gestão de resíduos e silvicultura;⁶
- **Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas** - Prioridades de adaptação e mitigação a longo prazo.

A ambição do roteiro é transformar o sistema financeiro de Moçambique num sistema que seja:

- **Inclusivo** - Atender especialmente as parcelas mais desfavorecidas da população, com foco em mulheres, jovens empreendedores, comunidades rurais e MPMEs com soluções financeiras verdes personalizadas; apoiar a sua transição para práticas verdes, fortalecendo a resiliência a eventos climáticos.
- **Resiliente** - Gerir proativamente os riscos financeiros relacionados com o clima para garantir a estabilidade sistémica;
- **Verde** - Alocando capital para atividades ambientalmente sustentáveis e climaticamente inteligentes.

Principais desafios abordados

O estudo de diagnóstico destacou as restrições estruturais, regulatórias e de mercado que atualmente limitam a capacidade de Moçambique de mobilizar e disponibilizar financiamento verde e inclusivo:

1. **Elevada vulnerabilidade climática** sem redes de segurança financeira adequadas.⁷
2. **Baixa inclusão financeira** entre grupos rurais e vulneráveis (~30-32% de titularidade de contas formais).⁸
3. **Quadros regulamentares incipientes** para a integração do risco climático e ESG.
4. **Mercados de capitais subdesenvolvidos** para financiamento sustentável (sem emissões de obrigações temáticas).
5. **Governança fragmentada** e ausência de infraestrutura de dados sobre financiamento climático.

O Roteiro do IGF foi especificamente concebido para abordar estas barreiras, reforçando a capacidade do sistema financeiro para apoiar a resiliência climática, a sustentabilidade ambiental e a inclusão generalizada.

⁶ República de Moçambique. 2021. Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) atualizada. Ministério da Terra e do Ambiente.

⁷ Banco Mundial. 2023. Relatório sobre o Clima e o Desenvolvimento do País (CCDR) de Moçambique.

⁸ Banco de Moçambique. 2024. Relatório Anual.

Objetivos do Roteiro

O Roteiro do IGF define marcos e objetivos claros de alto nível, fornecendo orientação estratégica para integrar os riscos climáticos e ESG na regulamentação financeira, expandir a disponibilidade de produtos financeiros verdes inclusivos e fortalecer a infraestrutura facilitadora para o financiamento sustentável. Além disso, procura mobilizar capital por meio de financiamento misto e incentivos direcionados, melhorar a educação financeira e o acesso digital e posicionar o setor financeiro de Moçambique em linha com as melhores práticas globais, reforçando assim a credibilidade e atraindo investimentos sustentáveis.

Os principais objetivos são:

1. Integrar os riscos climáticos e ESG na regulamentação e supervisão.
2. Expandir a oferta de produtos financeiros verdes inclusivos para mercados carentes, com foco em mulheres, jovens, comunidades rurais e MPMEs que estão mais expostos aos riscos climáticos.
3. Construir infraestruturas facilitadoras: taxonomia verde nacional, painel de controlo do financiamento climático, sandbox regulamentar.
4. Mobilizar capital através de financiamento misto, garantias e parcerias público-privadas. Estes esforços serão complementares à estratégia de financiamento climático do Ministério da Economia e Desenvolvimento, atualmente em preparação, para garantir a coerência e evitar duplicações.
5. Reforçar a literacia financeira e o acesso digital com foco na sustentabilidade e resiliência.
6. Alinhar com as melhores práticas globais (SBFN, NGFS, ISSB, CBI) para aumentar a credibilidade e atrair investimentos.

Princípios orientadores

O Roteiro do IGF baseia-se em princípios que garantem a sua relevância, inclusão e impacto a longo prazo. Estes incluem a proporcionalidade na conceção regulamentar, a priorização de grupos carenciados, a integração da resiliência climática em todo o financiamento, a promoção da inovação através de soluções digitais e a elaboração de políticas baseadas em evidências, orientadas por dados robustos e aprendizagem contínua.

- **Proporcionalidade** - Os quadros regulamentares corresponderão à evolução da capacidade institucional e de mercado de Moçambique.
- **Inclusão** - Os grupos carenciados — especialmente mulheres, jovens empreendedores, MPMEs informais e populações rurais — serão priorizados na conceção e entrega de produtos.
- **Resiliência climática** - Todo o financiamento verde deve contribuir tanto para a adaptação como para a mitigação, salvaguardando os meios de subsistência e os ecossistemas.

- **Integração sistemática de considerações climáticas e ESG** - incorporar fatores climáticos e de sustentabilidade na regulamentação financeira, supervisão e operações de mercado, garantindo que a resiliência e a sustentabilidade se tornem práticas padrão.
- **Inovação** - O financiamento digital, a tecnologia financeira e as plataformas móveis serão aproveitadas para expandir o acesso à última milha.
- **Política baseada em evidências** - As decisões serão orientadas por dados fiáveis, monitorizadas através de KPIs, mitigadas através de estratégias para lacunas de dados e ajustadas iterativamente através de sistemas MEL robustos.
- **Alinhamento com as melhores práticas e normas internacionais** - garantir que as políticas e os quadros de reporte sejam consistentes com os benchmarks globais (por exemplo, ISSB, NGFS, SBFN), para aumentar a credibilidade, a comparabilidade e os fluxos financeiros para atividades prioritárias.

Introdução ao roteiro Resumo Visão geral

Secção	Visão geral
Contexto e desafio	Moçambique enfrenta uma elevada vulnerabilidade climática, com riscos sistémicos para os meios de subsistência e a estabilidade económica, mas o setor financeiro tem um potencial inexplorado para impulsionar a resiliência.
Visão estratégica	Um sistema financeiro resiliente, de baixo carbono e inclusivo que apoie a adaptação, a mitigação e o acesso equitativo ao financiamento verde.
Objetivos	Integrar os riscos climáticos/ESG, expandir os produtos verdes, construir infraestruturas facilitadoras, mobilizar capital e alinhar-se com as melhores práticas globais.
Princípios	Princípios: proporcionalidade, inclusão, resiliência climática, integração sistémica do clima/ESG, inovação, políticas baseadas em evidências e alinhamento com as melhores práticas e padrões internacionais.

2. Plano de implementação estruturado

Os sete pilares do Roteiro para o Financiamento Verde Inclusivo (IGF) de Moçambique estão estruturados de forma a abordar diretamente as barreiras sistémicas identificadas no estudo de diagnóstico, ao mesmo tempo que se baseiam nas melhores práticas internacionais cuidadosamente adaptadas às realidades socioeconómicas e às prioridades institucionais de Moçambique.⁹ Em conjunto, estes pilares proporcionam um quadro coerente que integra a reforma regulamentar, o desenvolvimento do mercado e o reforço das capacidades, garantindo que o setor financeiro está preparado tanto para a disponibilidade do lado da oferta como para a aceitação do financiamento verde inclusivo impulsionada pela procura.

A tabela abaixo apresenta uma visão geral da implementação por pilar, com o mapeamento completo das ações específicas disponíveis nos Anexos 1 e 2.

Pilar	Código	Objetivo estratégico (com dimensão de inclusão, quando relevante)	Âmbito (Mandato)
Supervisão e integração dos riscos climáticos	S	Reforçar a estabilidade financeira sistémica e a resiliência, integrando a gestão dos riscos climáticos e ESG nos quadros prudenciais, em conformidade com as orientações do NGFS.	Direto - O BdM lidera a regulamentação, supervisão, testes de esforço e proporcionalidade.
Investimentos sustentáveis (obrigações verdes, azuis e crédito)	B	Mobilizar capital nacional e internacional para investimentos de baixo carbono e resilientes às alterações climáticas, com foco no acesso inclusivo para MPMEs, mulheres e grupos vulneráveis.	Partilhado - O BdM lidera em conjunto com o MF, o MPD, o BVM e os parceiros de desenvolvimento.
Dados e divulgação de finanças verdes	D	Garantir a transparência, comparabilidade e responsabilidade dos fluxos de financiamento verde através do estabelecimento de relatórios alinhados com a taxonomia para orientar as políticas e a confiança dos investidores.	Direto - O BdM define normas e requisitos de divulgação, painel de controlo em coordenação com o MEF.
Infraestrutura institucional e de mercado	I	Reduzir os custos de transação e permitir investimentos escaláveis através da criação de um pipeline de projetos verdes financiáveis, garantindo que os pipelines incluam projetos socialmente inclusivos que beneficiem mulheres, comunidades rurais e empresas informais.	Partilhado - O BdM facilita/define normas; o MEF/MPD e os parceiros lideram as operações.
Capacitação e conscientização	C	Equipar reguladores, instituições financeiras e atores do mercado com o conhecimento e as competências necessárias para conceber soluções IGF, institucionalizar a formação, colmatar as lacunas de baixa procura, género e financiamento das MPME e promover a literacia climática/financeira.	Misto - Direto (formação BdM); Partilhado (literacia e competências de mercado com MEF, MoE, academia).
Políticas e plataformas de coordenação	P	Garantir a coerência, evitar a duplicação e reforçar a colaboração intersectorial para o financiamento verde.	Partilhada - O BdM co-lidera no âmbito da NFIC

⁹ Aliança para a Inclusão Financeira. 2022. Quadro de Políticas de Financiamento Verde Inclusivo.

Pilar	Código	Objetivo estratégico (com dimensão de inclusão, quando relevante)	Âmbito (Mandato)
			com o MF, MPD, MTA e setor privado.
Medidas transversais e de inovação	X	Impulsionar a inovação, a inclusão e a responsabilização, garantindo simultaneamente que os riscos climáticos e as salvaguardas dos consumidores sejam sistematicamente incorporados, com abordagens sensíveis às questões de género e produtos adaptados às necessidades das populações vulneráveis.	Misto - Direto (finanças digitais, integração macroprudencial, avaliação); Indireto (seguros com ISSM/atores do mercado).

Fundamentação e abordagem

Os sete pilares do Roteiro do IGF estão sequenciados de forma a complementarem-se de maneira faseada e coerente. Os facilitadores fundamentais – Pilar 1 (Supervisão Climática e ESG)¹⁰, Pilar 3 (Dados e Divulgação)¹¹ e Pilar 5 (Coordenação e Propriedade Institucional)¹² – são priorizados no curto prazo para estabelecer a base regulatória, informativa e de governança para a ação. Essas áreas dependem da coordenação interinstitucional e, para tarefas complexas, como taxonomias e sistemas de divulgação, de um forte apoio técnico dos parceiros de desenvolvimento.

Esta priorização reflete os resultados do diagnóstico, que revelou lacunas significativas no quadro regulatório para riscos climáticos e ESG, a ausência de dados padronizados e confiáveis e uma coordenação institucional fraca. Uma vez que estes estejam em vigor, Moçambique poderá acelerar o Pilar 2 (Títulos Sustentáveis e Instrumentos de Crédito Verde)¹³ e o Pilar 6 (Desenvolvimento de Pipeline de Investimento Verde)¹⁴ para mobilizar capital e expandir um pipeline de projetos financiáveis.

O Pilar 4 (Capacitação e Sensibilização) abrange todas as fases para sustentar as competências, a preparação do mercado e a capacidade institucional. Por fim, o Pilar 7 (Transversal: Inovação, Inclusão, Seguros e M&E) garante que as questões de género, finanças digitais, proteção do consumidor, seguros contra riscos de catástrofes e mecanismos de monitorização sejam incorporados em todo o processo, tornando o roteiro inclusivo, resiliente e responsável.

Métricas de priorização - Para cada pilar, os seguintes fatores determinam a sequência e a alocação de recursos:

¹⁰ Rede para a Ecologização do Sistema Financeiro (NGFS). *Guia para Supervisores: Integrando Riscos Climáticos e Ambientais na Supervisão Prudencial*. NGFS, 2020.

¹¹ Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade (ISSB). *Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS S1 e IFRS S2*. Fundação IFRS, 2023.

¹² Rede de Banca e Finanças Sustentáveis (SBFN). *Kit de Ferramentas para o Roteiro de Finanças Sustentáveis*. Corporação Financeira Internacional (IFC), 2023.

¹³ Aliança para a Inclusão Financeira (AFI). *Quadro de Políticas de Financiamento Verde Inclusivo*. AFI, 2022.

¹⁴ Banco Mundial e FMI. *Relatório sobre o clima e o desenvolvimento de Moçambique*. Washington, DC: Banco Mundial, 2022.

1. **Custo** - Recursos financeiros necessários para a conceção, implementação e manutenção;
2. **Impacto** - Contribuição esperada para a estabilidade financeira, resiliência e inclusão¹⁵;
3. **Mandato (direto, compartilhado, indireto)** - Medida em que a ação se enquadra no âmbito regulatório/supervisório do BdM;
4. **Viabilidade** - Probabilidade de implementação, dada a capacidade institucional atual e a disponibilidade das partes interessadas;
5. **Complexidade** - Dificuldade técnica e operacional, incluindo requisitos de coordenação entre agências.

Ao aplicar estas métricas, o BdM pode alocar recursos estrategicamente, concentrar os ganhos iniciais em ações de alto impacto/baixo custo e planejar a implementação faseada de reformas mais complexas.¹⁶ O custo e a complexidade são considerados fatores de apoio, mas o impacto e a viabilidade têm um peso maior na sequência.

Cronograma

A implementação do Roteiro do IGF é sequenciada em **três fases** para garantir uma progressão suave das reformas fundamentais para a maturidade do mercado:

1. A curto prazo (0-2 anos) serão estabelecidas regulamentações, sistemas de dados e plataformas de governança facilitadoras e serão iniciadas campanhas de sensibilização do lado da procura. Os prazos são indicativos: reformas complexas, como taxonomias e divulgação, começarão com projetos-piloto voluntários e passarão gradualmente para a adoção obrigatória, conforme a capacidade permitir.
2. A médio prazo (2-4 anos), será mobilizado capital e expandido o pipeline de investimento verde, ao mesmo tempo que se reforça a procura através de incentivos direcionados;
3. A longo prazo (4+ anos), será ampliada a supervisão avançada, aprofundados os mercados de capitais e integrada a integração com plataformas financeiras sustentáveis regionais e globais, sustentando o crescimento da procura.

¹⁵ Ver anexos 3 e 4 para métricas detalhadas desagregadas por MPMEs, mulheres, jovens e alcance rural.

¹⁶ Rede para a Ecologização do Sistema Financeiro (NGFS). 2022. Guia para Supervisores: Integrando Riscos Climáticos e Ambientais.

Fase	Prazo	Foco principal
Curto prazo	0-2 anos	Estabelecer facilitadores fundamentais: regulamentação de riscos climáticos, projeto de taxonomia verde nacional, sistemas de dados financeiros climáticos e plataformas de coordenação. Obter resultados imediatos por meio de ações de alto impacto e rápida implementação e criar demanda inicial por meio de esforços de conscientização.
Médio prazo	2-4 anos	Mobilizar capital por meio de títulos sustentáveis, linhas de crédito verdes e financiamento misto. Expandir o pipeline de projetos verdes financiáveis e incorporar práticas ESG em todo o setor financeiro, ao mesmo tempo em que se promove a demanda com incentivos financeiros direcionados.
Longo prazo	4+ anos	Consolidar os ganhos através da ampliação da supervisão ESG avançada, do aprofundamento dos mercados de capitais sustentáveis e do posicionamento de Moçambique como um centro regional para o financiamento verde inclusivo. Integrar os sistemas nacionais com plataformas regionais e globais e manter o crescimento sustentado da procura.

Plano de implementação detalhado

O Roteiro do IGF estabelece marcos e objetivos claros de alto nível para integrar os riscos climáticos e ESG na regulamentação financeira, expandir produtos financeiros verdes inclusivos e construir a infraestrutura necessária para o financiamento sustentável. Esses marcos servem como orientação estratégica para o desenvolvimento regulatório e do mercado, fornecendo direção às partes interessadas e garantindo o alinhamento com as prioridades nacionais e as boas práticas internacionais.

As especificações técnicas detalhadas («como, quando, com que recursos») serão desenvolvidas em regulamentos, circulares e programas de capacitação subsequentes do BdM, muitas vezes com o apoio de parceiros de desenvolvimento.

Em vez de prescrever procedimentos técnicos detalhados, o roteiro estabelece um quadro flexível dentro do qual o BdM desenvolverá regulamentos, circulares e ferramentas de supervisão específicos, em consulta com as partes interessadas. Esta abordagem garante que o roteiro permaneça estratégico, prático e adaptável, oferecendo clareza de direção e, ao mesmo tempo, permitindo espaço para o desenho técnico e a aprendizagem institucional.

A tabela abaixo descreve as ações detalhadas do plano de implementação, estruturadas por prazo (curto prazo), mandato regulatório (direto) e importância estratégica (alta prioridade). Um mapeamento mais abrangente das ações por pilares e medidas específicas é fornecido nos Anexos 1 e 2.

Pilar	Cód-igo	Ação	Pra-zo	Manda-to	Priori-dade	Âmbito	Custo/Impacto/ Viabilidade
Supervisão e integração dos riscos climáticos	S1	Finalizar e publicar a regulamentação de risco CES; integrar a taxonomia; medir as exposições de empréstimos; realizar testes de stress piloto	Cur-to pra-zo (0-2 anos)	Direto	Alto	Direto	Baixo-médio Custo/alto impacto/alta viabilidade
	S2	Incorporar análises de risco CES/ESG no licenciamento, inspeções e adequação de capital	Mé-dio (2-4 anos)	Direto	Alto	Direto	Custo médio / Impacto elevado / Viabilidade média
	S3	Exigir análise de cenários e divulgação do portfólio de GEE por parte das instituições financeiras	Mé-dio (2-4 anos)	Direto	Alto	Direto	Custo médio / Impacto elevado / Viabilidade média
	S4	Estabelecer um quadro macroprudencial que integre cenários climáticos e ESG	Lon-go pra-zo (4+ anos)	Direto	Médio	Direto	Custo elevado / Impacto elevado / Viabilidade média
Investiment os sustentá-veis (obriga-ções verdes, obrigações azuis e crédito)	B1	Adotar o decreto sobre títulos sustentáveis e publicar orientações de implementação	Cur-to pra-zo (0-2 anos)	Partilha-do	Alto	Partilhad o	Baixo-médio Custo/alto impacto/alta viabilidade
	B2	Título sustentável piloto soberano/SOE com avaliador independente	Cur-to (0-2 anos)	Partilha-do	Alto	Partilhad o	Custo médio/Alto impacto/Viabilida de média
	B3	Lançar incentivos de refinanciamento	Mé-dio (2-4	Direto	Médio	Direto	Custo médio-alto/alto

Pilar	Cód-igo	Ação	Pra- zo	Manda- to	Priori- dade	Âmbito	Custo/Impacto/ Viabilidade
		BdM para empréstimos verdes a MPMEs	anos)				impacto/ Viabilidade média
	B4	Expandir a emissão de obrigações sustentáveis para empresas e bancos; ligação à Facilidade de Projetos	Mé- dio (2-4 anos)	Partil- hado	Alto	Partilhad o	Custo médio / Impacto elevado / Viabilidade média
	B5	Posicionar Moçambique como centro regional para obrigações temáticas (verdes, azuis, resiliência, transfronteiriças)	Lon- go pra- zo (4+ anos)	Partil- hado	Baixo	Partilhad o	Custo elevado / Impacto elevado / Viabilidade média
	B6	Expandir instrumentos para títulos ligados à sustentabilidade e títulos de transição	Lon- go (4+ anos)	Partil- hado	Baixo	Partilhad o	Custo elevado / Impacto médio / Viabilidade média
Dados e divulgação de finanças verdes	D1	Mandato Divulgações climáticas e ESG alinhadas com o ISSB; modelos; relatórios desagregados por género	Cur- to pra- zo (0-2 anos)	Direto	Alto	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade
	D2	Exigir verificação por terceiros das divulgações para grandes instituições financeiras	Cur- to (0-2 anos)	Direto	Alto	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Viabilidade média
	D3	Publicar relatório anual de progresso do IGF com resultados	Mé- dio (2-4 anos)	Direto	Alto	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade
	D4	Criar um painel de controlo climático e	Mé- dio (2-4 anos)	Partil- hado	Alto	Partilhad o	Custo médio / Alto impacto / Alta viabilidade

Pilar	Cód-igo	Ação	Pra- zo	Manda- to	Priori- dade	Âmbito	Custo/Impacto/ Viabilidade
		financeiro sustentável (integrado com a etiquetagem MEF)	anos)				
	D5	Integrar o painel nacional com as plataformas SADC e SBFN	Longo prazo (4+ anos)	Partilhado	Baixo	Partilhado	Baixo custo / Médio impacto e o / Alta viabilidade
Infraestrutura institucional e de mercado	I1	Mapear o pipeline nacional de projetos ecológicos; definir critérios de elegibilidade alinhados com a taxonomia	Curto prazo (0-2 anos)	Partilhado	Alta	Partilhado	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade
	I2	Estabelecer um mecanismo de preparação de projetos ecológicos (cofinanciado com doadores)	Médio (2-4 anos)	Partilhado	Alta	Partilhado	Custo médio / Alto impacto / Alta viabilidade
	I3	Agregar carteiras de MPMEs/agricultura em financiamento misto	Médio (2-4 anos)	Partilhado	Alto	Partilhado	Custo médio / Alto impacto / Alta viabilidade
	I4	Criar uma plataforma nacional de investimento verde/azul (mobilização em grande escala)	Longo prazo (4+ anos)	Partilhado	Baixo	Partilhado	Custo elevado/impacto elevado/viabilidade média
Capacitação e sensibilização	C1	Ministrar formação direcionada (supervisores BdM, responsáveis pelo risco)	Curto prazo (0-2 anos)	Direto	Elevada	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade

Pilar	Cód-igo	Ação	Pra- zo	Manda- to	Priori- dade	Âmbito	Custo/Impacto/ Viabilidade
	C2	Institucionalizar uma «Academia BdM» com um currículo de finanças verdes/ESG (formação para empreendedores e facilitadores)	Mé- dio (2-4 anos)	Direto	Médio	Direto	Custo médio / Impacto médio / Viabilidade média
	C3	Estabelecer um Centro de Excelência para Finanças Verdes e Inclusivas	Lon- go pra- zo (4+ anos)	Partil- hado	Baixo	Partil- hado	Custo elevado / Impacto elevado / Viabilidade média
Políticas e plataformas de coorde- nação	P1	Formalizar o papel do BdM na plataforma de coordenação; assinar memorandos de entendimento com ministérios	Cur- to pra- zo (0-2 anos)	Partil- hado	Alta	Partil- hado	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade
	P2	Lançar grupos de trabalho específicos do setor; organizar o Fórum Anual de Finanças Verdes	Mé- dio (2-4 anos)	Partil- hado	Alto	Partil- hado	Baixo-médio Custo/alto impacto/viabilida de média
	P3	Institucionalizar a plataforma de coordenação sob a NFIC	Lon- go (4+ anos)	Partil- hado	Médio	Partil- hada	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade
Medidas transversais e de inovação	X1	Lançar pilotos ecológicos de tecnologia financeira/móvel na sandbox regulatória da BdM	Cur- to (0-2 anos)	Direto	Alto	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade
	X2	Emitir orientações sobre a proteção do consumidor no financiamento verde	Cur- to pra- zo (0-2 anos)	Direto	Médio	Direto	Baixo custo / Impacto médio / Alta viabilidade

Pilar	Cód-igo	Ação	Pra- zo	Manda- to	Priori- dade	Âmbito	Custo/Impacto/ Viabilidade
		(empréstimos para energia solar, salvaguardas)	anos)				
	X3	Definir KPIs do IGF, incluindo métricas de género e inclusão	Curto prazo (0-2 anos)	Direto	Alto	Direto	Baixo custo/alto impacto/alta viabilidade
	X4	Conceber projetos-piloto de seguros (microseguros para MPMEs/agricultura indexados ao clima)	Curto prazo (0-2 anos)	Indireto	Médio	Indireto	Custo médio / Impacto médio / Viabilidade média
	X5	Criar um painel de reclamações dos consumidores sobre produtos ecológicos	Médio (2-4 anos)	Direto	Médio	Direto	Custo baixo-médio / Impacto médio / Viabilidade alta
	X6	Estabelecer metas de género para MPMEs lideradas por mulheres no crédito verde	Médio (2-4 anos)	Direto	Alta	Direto	Baixo custo / Alto impacto e / Alta viabilidade
	X7	Permitir a interoperabilidade digital para crédito/seguro verde (dinheiro móvel, modelos de pontuação)	Médio (2-4 anos)	Partilhado	Alto	Partilhado	Custo médio / Alto impacto / Alta viabilidade
	X8	Introduzir incentivos de alívio de capital para seguros contra riscos climáticos/desastres	Médio (2-4 anos)	Partilhado	Médio	Partilhado	Custo médio / Impacto médio / Viabilidade média
	X9	Avaliação independente do impacto do IGF a cada 5 anos	Longo (4+)	Partilhado	Médio	Partilhado	Baixo-médio Custo/impacto médio/viabilidade média

Pilar	Cód-igo	Ação	Pra- zo	Manda- to	Priori- dade	Âmbito	Custo/Impacto/ Viabilidade
		(estrutura de M&E estruturada)	anos)				
	X10	Desenvolver mecanismo regional de resseguro para agrupamento de riscos climáticos/de catástrofes	Lon- go pra- zo (4+ anos)	Indireto	Baixo	Indireto	Custo elevado / Impacto elevado / Viabilidade reduzida

Fase	Ação	Código	Mandato BdM	Custo / Impacto / Viabilidade	Prioridade
Curto prazo (0-2 anos)	Finalizar e publicar a Regulamentação de Risco Climático e ESG (CES); integrar a taxonomia; medir as exposições de empréstimos; realizar testes de stress piloto	S1	Direto	Custo baixo a médio / Impacto elevado / Viabilidade elevada	Alto
	Exigir divulgações climáticas e ESG alinhadas com o ISSB; modelos; relatórios desagregados por género.	D1	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade	Alto
	Exigir verificação por terceiros das divulgações para grandes instituições financeiras	D2	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Viabilidade média	Alto
	Ministrar formação específica (supervisores BdM, responsáveis pelo risco) em paralelo com a elaboração de regulamentação, garantindo que a capacidade de supervisão evolua a par dos novos requisitos.	C1	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade	Alto
	Lançar pilotos ecológicos de fintech/móveis na sandbox regulatória do BdM.	X1	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade	Alto
	Emitir orientações sobre a proteção do consumidor em finanças verdes (empréstimos para energia solar,	X2	Direto	Baixo custo / Impacto médio / Alta viabilidade	Médio

Fase	Ação	Código	Mandato BdM	Custo / Impacto / Viabilidade	Prioridade
	salvaguardas contra vendas abusivas)				
	Definir KPIs do IGF, incluindo métricas de género e inclusão.	X3	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade	Alto
	Adotar o Decreto sobre Títulos Sustentáveis e publicar orientações de implementação	B1	Partilhado	Custo baixo-médio / Alto impacto / Alta viabilidade	Alto
	Teste títulos sustentáveis soberanos/de empresas estatais com avaliador independente	B2	Partilhado	Custo médio / Alto impacto / Viabilidade média	Alto
	Formalizar o papel do BdM na plataforma de coordenação; assinar memorandos de entendimento com ministérios	P1	Partilhado	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade	Alto
	Mapear o pipeline nacional de projetos ecológicos; definir critérios de elegibilidade alinhados com a taxonomia	I1	Partilhado	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade	Alto
	Conceber projetos-piloto de seguros (microseguros para MPMEs/agricultura indexados ao clima) ¹⁷	X4	Indireto	Custo médio / Impacto médio / Viabilidade média	Médio
Médio prazo (2-4 anos)	Incorporar análises de risco CES/ESG no licenciamento, inspeções e adequação de capital	S2	Direto	Custo médio / Impacto elevado / Viabilidade média	Alto
	Exigir análise de cenários e divulgação da carteira de GEE das instituições financeiras	S3	Direto	Custo médio / Impacto elevado / Viabilidade média	Alto
	Lançar incentivos de refinanciamento BdM para empréstimos verdes a MPMEs, incluindo produtos de microcrédito personalizados	B3	Direto	Custo médio-alto / Alto impacto / Viabilidade média	Médio

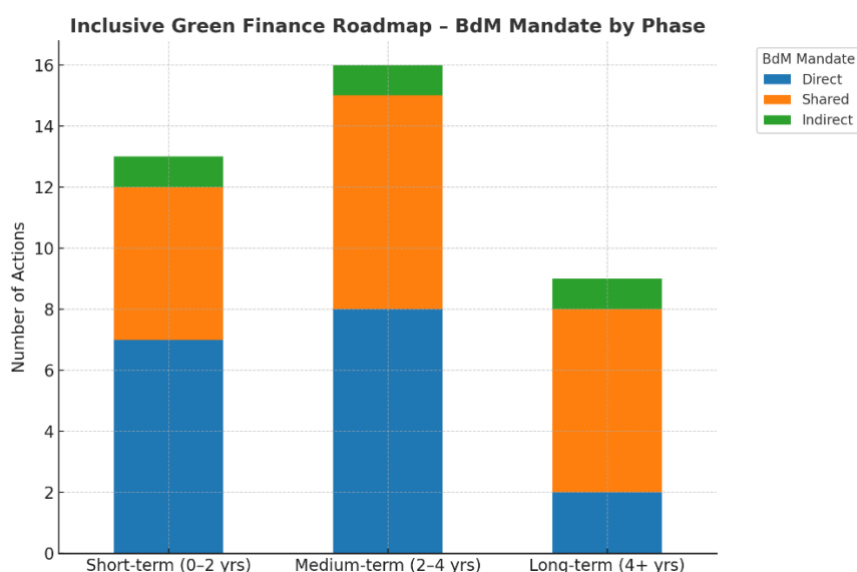
¹⁷ As medidas de estímulo do lado da procura, incluindo campanhas de literacia, iniciativas de sensibilização dos consumidores e regimes de incentivos para MPMEs, estão integradas nos Pilares C (Capacidade), B (Refinanciamento) e X (Proteção do consumidor, alívio de capital).

Fase	Ação	Código	Mandato BdM	Custo / Impacto / Viabilidade	Prioridade
	para a agricultura e empresas rurais				
	Publicar o Relatório Anual de Progresso do IGF com os resultados	D3	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade	Alto
	Institucionalizar uma «Academia BdM» com um currículo de finanças verdes/ESG (formação para empreendedores e facilitadores)	C2	Direto	Custo médio / Impacto médio / Viabilidade média	Médio
	Criar um painel de reclamações dos consumidores para produtos verdes	X5	Direto	Baixo-Médio Custo / Médio Impacto / Médio Viabilidade	Médio
	Definir metas de género para MPMEs lideradas por mulheres em crédito ecológico	X6	Direto	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade	Alto
	Operacionalizar o Decreto sobre Títulos Sustentáveis, expandindo a emissão para empresas e bancos e vinculando-o ao Mecanismo de Financiamento de Projetos	B4	Compartilhado	Custo médio / Alto impacto / Viabilidade média	Alto
	Criar um painel de controlo climático e financeiro sustentável (integrado com a etiquetagem MPD/MF)	D4	Partilhado	Custo médio / Alto impacto / Viabilidade média	Alto
	Lançar grupos de trabalho específicos do setor; organizar o Fórum Anual de Finanças Verdes	P2	Partilhado	Baixo-Médio Custo / Alto Impacto / Média Viabilidade	Alto
	Estabelecer um Mecanismo de Preparação de Projetos Verdes (cofinanciado com doadores)	I2	Partilhado	Custo médio / Alto impacto / Viabilidade média	Elevado
	Agregar carteiras de MPMEs/agricultura em financiamento misto	I3	Partilhado	Custo médio / Alto impacto / Viabilidade média	Alto

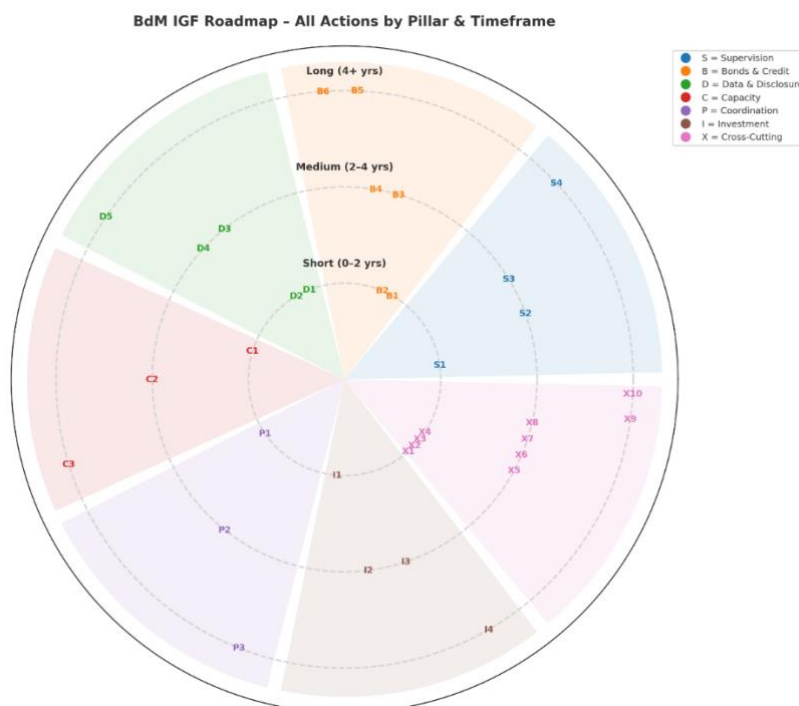
Fase	Ação	Código	Mandato BdM	Custo / Impacto / Viabilidade	Prioridade
	Permitir a interoperabilidade digital para crédito/seguro verde (dinheiro móvel, modelos de pontuação)	X7	Partilhado	Custo médio / Alto impacto / Viabilidade média	Alto
	Introduzir incentivos de alívio de capital para seguros contra riscos climáticos/desastres naturais	X8	Partilhado	Custo médio / Impacto elevado / Viabilidade média	Médio
Longo prazo (4+ anos)	Estabelecer um quadro macroprudencial que integre cenários climáticos e ESG	S4	Direto	Custo elevado / Impacto elevado / Viabilidade média	Médio
	Posicionar Moçambique como centro regional para obrigações temáticas (verdes, azuis, resiliência, transfronteiriças...)	B5	Partilhado	Custo elevado / Impacto elevado / Viabilidade média	Baixo
	Expandir os instrumentos para obrigações ligadas à sustentabilidade e à transição	B6	Partilhado	Custo elevado / Impacto médio / Viabilidade média	Baixo
	Integrar o painel nacional com as plataformas SADC e SBFN	D5	Partilhado	Baixo custo / Impacto médio / Alta viabilidade	Baixo
	Institucionalizar a plataforma de coordenação sob a NFIC	P3	Partilhado	Baixo custo / Alto impacto / Alta viabilidade	Médio
	Estabelecer um Centro de Excelência para Finanças Verdes e Inclusivas	C3	Partilhado	Custo elevado / Impacto elevado / Viabilidade média	Baixo
	Criar uma plataforma nacional de investimento verde (mobilização em grande escala)	I4	Partilhado	Custo elevado / Impacto elevado / Viabilidade média	Baixo
	Avaliação independente do impacto do IGF a cada 5 anos (estrutura de M&E estruturada)	X9	Partilhado	Baixo-médio custo / impacto	Médio

Fase	Ação	Código	Mandato BdM	Custo / Impacto / Viabilidade	Prioridade
				médio / viabilidade média	
	Desenvolver mecanismo regional de resseguro para agrupamento de riscos climáticos/de catástrofes	X10	Indireto	Custo elevado / Impacto elevado / Viabilidade baixa	Baixo

A lista completa de códigos e ações correspondentes é apresentada no Anexo 1. O Anexo 2 fornece um mapeamento comparativo desses códigos de ação em relação às melhores práticas internacionais para destacar o alinhamento com os padrões globais.



O gráfico mostra como as responsabilidades são distribuídas ao longo do tempo: as atribuições diretas do BdM no curto e médio prazo, enquanto as ações partilhadas aumentam no longo prazo, com muito poucas tarefas indiretas, destacando o papel central de liderança do BdM.



A roda ilustra como as ações específicas (códigos) são sequenciadas entre os pilares e os horizontes temporais, deixando claro quais áreas de reforma — tais como supervisão, obrigações ou inovação transversal — são priorizadas a curto, médio e longo prazo.

3. Estrutura de Medição de Impacto e Princípios Orientadores

Fundamentação

Para garantir que o Roteiro do IGF produza resultados mensuráveis, o BdM baseará a sua implementação numa Estrutura de Medição e Avaliação de Impacto (M&E) estruturada. Esta estrutura fornecerá às instituições financeiras, aos decisores políticos e aos intervenientes no mercado indicadores claros dos impactos ambientais, sociais e económicos, reforçando a responsabilização, a transparência e o alinhamento com as prioridades nacionais e as normas globais.

A experiência de Moçambique mostra que dados limitados, divulgação fraca e falta de métricas padronizadas dificultam o monitoramento eficaz das iniciativas de financiamento verde. Comparações entre pares destacam que países como Quênia, Gana e África do Sul avançaram ao adotar taxonomias verdes, mandatos de divulgação de riscos climáticos e estruturas de relatórios padronizadas. Moçambique pode aproveitar essas lições para introduzir uma estrutura de supervisão e política orientada para o impacto que orientará a alocação de capital, a confiança dos investidores, a supervisão regulatória e abordará a baixa procura por produtos de financiamento verde.

A Estrutura de Impacto acompanhará os resultados em quatro dimensões: estabilidade financeira, inclusão, resiliência climática e empoderamento do consumidor. Exemplos de indicadores incluem: % de empréstimos a MPMEs com componentes climáticos, % de mulheres/jovens alcançados por produtos IGF, índices de NPL em setores sensíveis ao clima e penetração do seguro de risco climático. A estrutura será complementada pelo desenvolvimento de capacidades para instituições de reporte e um ciclo de monitorização/revisão alinhado com os processos de revisão da NFIS (a cada 2 anos). As métricas operacionais detalhadas e a desagregação são apresentadas no Anexo 3 (Painel) e no Anexo 4 (Estrutura de M&E), garantindo a consistência com o sistema de monitorização do NFIS.

Princípios Orientadores

A estrutura será organizada em torno dos seguintes princípios:

1. Alinhamento com as normas internacionais

- Adotar o ISSB (S1/S2) para relatórios climáticos e de sustentabilidade, com base nas recomendações do TCFD agora incorporadas;
- Integrar as orientações de supervisão do NGFS para o risco climático;
- Utilizar a estrutura de impacto da SBFN para comparar práticas e indicadores emergentes do mercado.

2. Proporcionalidade e inclusão

- Aplicar requisitos proporcionais ao tamanho e à capacidade institucional;

- Garantir que as estruturas de relatórios permaneçam acessíveis para bancos menores, IMFs e cooperativas, apoiando assim a inclusão financeira.

3. Clareza e consistência

- Defina indicadores alinhados com a taxonomia (ambientais, sociais, económicos) que possam ser acompanhados em todas as instituições;
- Utilizar modelos comuns para bancos e seguradoras, reduzindo os encargos de reporte e melhorando a comparabilidade.

4. Transparência e disciplina de mercado

- Exigir a divulgação pública de indicadores de impacto selecionados (por exemplo, volumes de empréstimos verdes, GEE evitados, número de mulheres/MPMEs financiadas);
- Incentivar a adoção voluntária de relatórios de sustentabilidade (alinhados com as Normas de Desempenho GRI/IFC) antes da implementação regulatória completa.

5. Implementação progressiva

- Implementar gradualmente os requisitos a curto, médio e longo prazo, começando com relatórios qualitativos e métricas-piloto, antes de passar para divulgações quantitativas alinhadas com a taxonomia e indicadores de testes de estresse.

Métricas de M&E sugeridas

A estrutura de monitorização distingue entre métricas de painel de alto nível e indicadores detalhados de subpilares.

O painel consolida o progresso num conjunto limitado de métricas estratégicas que podem ser acompanhadas pela gestão do BdM, pelos decisores políticos e pelas partes interessadas, a fim de fornecer uma imagem clara do progresso sistémico.

Em contrapartida, os indicadores dos subpilares oferecem uma visão mais granular, diretamente ligada a cada ação do roteiro, e destinam-se às equipas técnicas para acompanhar a execução operacional.

Esta **abordagem em dois níveis** garante que o roteiro permaneça estrategicamente focado e operacionalmente exequível, alinhando as boas práticas internacionais com o contexto institucional de Moçambique.

Métricas do painel de controlo de alto nível

A tabela abaixo apresenta o Painel de M&E para o Roteiro do IGF, descrevendo os tipos sugeridos de métricas-chave. Fornece uma visão de alto nível dos indicadores de progresso

que o BdM e as partes interessadas podem utilizar para acompanhar o avanço sistémico no financiamento verde inclusivo.

O painel consolidará dados das IF sobre empréstimos verdes, poupanças, obrigações e seguros, incluindo métricas sobre taxas de aceitação/adoção por MPMEs, famílias e grupos vulneráveis para monitorizar o desempenho do lado da procura.

Ver também o Anexo 3 Roteiro do IGF - Painel de Monitorização e Avaliação, que descreve as principais métricas em cada pilar com marcos de curto, médio e longo prazo.

Pilar	Ações-chave (Roteiro)	Métricas de M&E propostas	Tipo
S - Supervisão climática e ESG	Finalizar a regulamentação climática; incorporar em licenciamentos, inspeções; integração macroprudencial ¹⁸	• % de instituições financeiras supervisionadas com estruturas de risco climático • Número de inspeções de supervisão incluindo riscos climáticos • Resultados dos testes de esforço publicados • Percentagem de carteiras de empréstimos avaliadas quanto a riscos físicos/de transição	Quantitativo/Qualitativo
B - Obrigações sustentáveis e crédito	Decreto sobre títulos sustentáveis; emissões-piloto; expansão para empresas/bancos; refinanciamento verde	• Número e volume de obrigações sustentáveis emitidas (USD) • % de emissões verificadas por avaliadores independentes • % de crescimento dos empréstimos ligados a ESG no crédito total • Participação de investidores	Quantitativo

¹⁸ O BdM integrará considerações de risco relacionadas com o clima no seu quadro de supervisão macroprudencial, em conformidade com o seu Plano Estratégico 2024-2026 (Pilar 2: Estabilidade Financeira). Isto inclui melhorar o quadro de avaliação da estabilidade financeira e estabelecer um quadro regulamentar para o sistema financeiro que tenha explicitamente em conta os riscos climáticos. O resultado esperado é uma melhoria da monitorização do risco sistémico e da capacidade de supervisão para a resiliência climática. Ver anexo 7 Indicadores ilustrativos de risco climático para o Quadro de Avaliação da Estabilidade Financeira (FSAF)

Pilar	Ações-chave (Roteiro)	Métricas de M&E propostas	Tipo
		(nacionais vs estrangeiros)	
D - Dados e divulgação	Divulgações alinhadas com o ISSB; painel de controlo BdM; verificação por terceiros; integração com SADC/SBFN	• % de instituições financeiras que publicam divulgações alinhadas com o ISSB • Número de instituições sujeitas a verificação por terceiros • Funcionalidade e cobertura do painel de controlo BdM (indicadores, setores, desagregação por género) • Frequência dos Relatórios de Financiamento Verde do BdM e métodos de divulgação adicionais além dos canais digitais¹⁹	Quantitativo/Qualitativo
C - Capacitação	Formação BdM; módulos da Academia BdM; Centro de Excelência	• Número de supervisores do BdM formados em ESG/clima • Número de funcionários bancários certificados em finanças verdes • Número de workshops com participação do setor privado • Criação de um Centro de	Quantitativo/Qualitativo

¹⁹ F.e. divulgado através da rádio, redes comunitárias e programas de literacia financeira para chegar às populações sem acesso a canais digitais.

Pilar	Ações-chave (Roteiro)	Métricas de M&E propostas	Tipo
		Excelência (sim/não)	
P - Plataformas de coordenação	Papel do BdM na plataforma nacional de financiamento climático; memorandos de entendimento; fóruns de finanças verdes	- Número de reuniões de coordenação realizadas anualmente - Número de memorandos de entendimento assinados com ministérios - Frequência e qualidade dos fóruns sobre financiamento verde - Satisfação das partes interessadas (com base em inquéritos)	Quantitativo/Qualitativo
I - Pipeline de Investimento Verde	Mapeamento do pipeline; facilidade de preparação de projetos; agregação de financiamento misto; plataforma nacional	- Número de projetos verdes financiáveis identificados - Valor comprometido em facilidade de preparação de projetos % das carteiras de financiamento misto mobilizadas - Dólares investidos através da Plataforma Nacional de Investimento Verde	Quantitativo
X - Transversal (Inovação, Inclusão, Seguros, M&E)	Pilotos digitais; proteção ao consumidor; métricas de género; seguros; avaliação de impacto	- Número de projetos-piloto de fintech/insurtech lançados % de crédito verde que chega a MPMEs lideradas por mulheres	Quantitativo/Qualitativo

Pilar	Ações-chave (Roteiro)	Métricas de M&E propostas	Tipo
		- Número de produtos de microsseguro climático/contra desastres disponíveis % de reclamações resolvidas através do painel do consumidor - Publicação da avaliação independente do IGF a cada 5 anos	

Subpilares Métricas de M&E

A tabela abaixo detalha os indicadores de monitorização ao nível das ações para cada subpilar do roteiro, ligando cada tarefa a métricas qualitativas e quantitativas específicas com referência às melhores práticas. Isto fornece ao BdM e às partes interessadas uma ferramenta operacional para acompanhar a execução das ações de forma estruturada e responsável.

Para o roteiro operacional completo com marcos sugeridos por métricas a curto, médio e longo prazo, consulte o Roteiro do IGF - Anexo Operacional de M&E por Subpilar no Anexo 4.

Código	Ação	Métricas propostas	Exemplos de pares/normas
S1	Finalizar e publicar a Regulamentação de Risco CES (incluindo taxonomia)	- Regulamentação publicada (sim/não) - Número de bancos em conformidade com as orientações iniciais	Nigéria CBN: 100% dos bancos obrigados a apresentar relatórios de risco ESG até ao ano 2
S2	Medir a exposição dos empréstimos aos riscos físicos e de transição	% das carteiras de empréstimos avaliadas - Número de instituições que concluíram o mapeamento de riscos	África do Sul SARB: % de exposição a setores sensíveis ao clima publicada
S3	Testes de stress climáticos/ESG piloto com os principais bancos	- Número de bancos no piloto - Metodologia do teste de estresse publicada	Quênia CBK: piloto com 3 bancos até ao ano 2
S4	Incorporar análises de risco ESG no licenciamento/inspeções	% de inspeções incluindo ESG - Manuais de supervisão atualizados (sim/não)	Banco do Gana: Risco ESG incorporado no licenciamento
S5	Exigir análise de cenários e divulgação de GEE da carteira	- Número de instituições financeiras que publicam dados sobre a carteira de GEE % de cobertura do sistema financeiro	NGFS: cenários adotados em mais de 40 bancos centrais
S6	Integração macroprudencial do clima/ESG	- Número de indicadores macroprudenciais integrados - Frequência dos relatórios de risco sistémico, incluindo clima	BCE e Banco de Inglaterra: testes de stress climático sistémico
B1	Adotar o Decreto sobre Obrigações Sustentáveis	Decreto adotado (sim/não)	Egito: emissão de obrigações verdes

Código	Ação	Métricas propostas	Exemplos de pares/normas
		Número de emissões ao abrigo do novo regime	soberanas no prazo de dois anos após a adoção do decreto
B2	Emissão piloto de títulos sustentáveis soberanos/de empresas públicas	- Volume de títulos (em dólares) - Verificação independente (sim/não)	Nigéria: título verde soberano de 15 mil milhões de nairas
B3	Expandir a emissão de obrigações sustentáveis para empresas/bancos	- Número de emissões corporativas % verificado com opiniões de terceiros	África do Sul: estruturas de títulos verdes lideradas por bancos
B4	Emitir orientações para empréstimos e refinanciamentos ligados a ESG	% de crescimento nos volumes de empréstimos ligados a ESG - Número de bancos que oferecem produtos de empréstimos verdes	Quênia: 3 bancos lançaram crédito para PME ligado a ESG
B5	Incentivos de refinanciamento do BdM para MPMEs verdes	- Volume de refinanciamento (\$) - Aumento percentual no crédito verde para MPMEs	Gana: linha de refinanciamento verde do banco central
D1	Mandato Divulgações alinhadas com o ISSB	% de instituições financeiras que publicam divulgações - Número de divulgações verificadas	Normas ISSB IFRS S1/S2 adotadas em 2024
D2	Verificação por terceiros para grandes instituições financeiras	- Número de instituições verificadas % de ativos sob garantia independente	IFC: garantia independente recomendada
D3	Painel de controlo climático e financeiro sustentável da BdM	- Painel lançado (sim/não) - Número de indicadores monitorizados % de instituições abrangidas	Quênia: o painel acompanha os volumes de empréstimos verdes

Código	Ação	Métricas propostas	Exemplos de pares/normas
D4	Publicar relatório anual de progresso do IGF	- Relatório publicado (sim/não) - Número de indicadores divulgados publicamente	Gana: relatório bancário ESG anual
C1	Ministrar formação para supervisores/responsáveis de risco	- Número de funcionários formados % de funcionários que fornecem feedback positivo sobre a qualidade % de funcionários com certificação	Nigéria: módulos de formação ESG certificados pelo CBN
C2	Currículo ESG da BdM Academy	- Módulos integrados (sim/não) - Número de formandos por ano	Escola de Estudos Monetários do Quênia: módulos ESG
C3	Estabelecer Centro de Excelência	- Centro operacional (sim/não) - Número de parcerias regionais assinadas	Gana: Centro de Conhecimento Financeiro ESG
P1	Papel do BdM na plataforma de coordenação	- BdM representado (sim/não) - Número de reuniões por ano	Quênia: Conselho Nacional de Finanças Verdes
P2	Memorandos de entendimento com ministérios	- N.º de memorandos de entendimento assinados - Iniciativas intersetoriais lançadas	Nigéria: Memorandos de Entendimento entre o CBN e o Ministério do Ambiente ()
P3	Fórum Anual de Finanças Verdes	- Fórum realizado (sim/não) - Número de participantes	Gana: Fórum Anual de Finanças Sustentáveis
P4	Institucionalizar a plataforma sob a NFIC	Mandato da NFIC atualizado (sim/não)	Extensão do NFIS de Moçambique planeada
I1	Mapeamento do pipeline de projetos ecológicos	Número de projetos mapeados	Ruanda: inventário de projetos publicado

Código	Ação	Métricas propostas	Exemplos de pares/normas
		Pipeline publicado (sim/não)	
I2	Mecanismo de Preparação de Projetos Verdes	- Facilidade lançada (sim/não) - Comprometimento financeiro	Gana: Facilidade para a preparação de projetos ecológicos com o AfDB
I3	Carteiras agregadas de MPMEs/agricultura	- Número de carteiras agregadas \$ mobilizados	Quénia: Agregação de crédito verde para MPMEs
I4	Plataforma Nacional de Investimento Verde	- Plataforma lançada (sim/não) - Investimento anual em dólares	África do Sul: Plataforma de Transição Energética Justa
X1	Pilotos digitais de fintech/móveis	- N.º de pilotos lançados - Número de clientes alcançados	Quénia: Projeto-piloto de crédito verde M-PESA
X2	Proteção do consumidor em finanças verdes	- Diretrizes publicadas (sim/não) - Número de reclamações resolvidas	Nigéria: Quadro de proteção ao consumidor do CBN
X3	Definir KPIs do IGF, incluindo métricas de género	- KPIs publicados (sim/não) - Número acompanhado	SBFN: métricas desagregadas por género
X4	Métricas de género para MPMEs lideradas por mulheres	% de empréstimos verdes para MPMEs lideradas por mulheres	Gana: KPIs de género para PME
X5	Projetos-piloto de microsseguros climáticos/contra catástrofes	- Número de produtos lançados - Número de beneficiários abrangidos	Quénia: Seguro climático baseado em índices
X6	Incentivos de alívio de capital para seguros	- Incentivo concedido (sim/não) - Aceitação pelas seguradoras	África do Sul: incentivos à solvência
X7	Painel de reclamações para produtos ecológicos	Painel lançado (sim/não)	Nigéria: acompanhamento

Código	Ação	Métricas propostas	Exemplos de pares/normas
		Número de reclamações registadas	digital de reclamações
X8	Interoperabilidade digital para crédito/seguros	- APIs lançadas - Número de instituições integradas	Quénia: pontuação de crédito para dinheiro móvel
X9	Avaliação independente do IGF a cada 5 anos	- Avaliação publicada (sim/não) - Número de recomendações implementadas	Gana: ciclo de avaliação externa
X10	Estrutura de monitorização e avaliação quinquenal operacional	Estrutura operacional (sim/não)	SBFN: ciclos de revisão independente

Esta tabela e o anexo operacional complementam as métricas do painel de controlo de alto nível, ligando cada ação a indicadores específicos.

Juntos, eles fornecem ao BdM um sistema duplo: supervisão estratégica para a alta administração e acompanhamento detalhado para as equipas técnicas, garantindo responsabilidade, coerência e alinhamento com as melhores práticas internacionais.

4. Governança e estrutura institucional

Justificação

A implementação bem-sucedida do Roteiro do IGF requer um quadro de governação que garanta uma liderança clara, uma coordenação eficaz e uma responsabilização partilhada entre as instituições. Embora o BdM tenha um mandato direto em matéria de regulamentação prudencial, supervisão e desenvolvimento do mercado financeiro, muitas ações facilitadoras são da competência de mandatos partilhados ou indiretos que envolvem ministérios, agências de desenvolvimento, atores do setor privado e parceiros de desenvolvimento.

Sem uma governança estruturada, todos os esforços sugeridos correm o risco de fragmentação, duplicação e impacto limitado — desafios já destacados no estudo diagnóstico e nas consultas às partes interessadas.

As melhores práticas internacionais mostram que os países que estabeleceram estruturas de governança multinível (por exemplo, Brasil²⁰, Indonésia²¹, Nigéria, Marrocos²²) conseguiram consolidar a liderança do banco central na regulamentação e supervisão, garantindo ao mesmo tempo uma maior apropriação governamental das políticas de financiamento verde, a confiança dos investidores e a mobilização do setor privado.

A estrutura de governança coloca o Banco de Moçambique (BdM) no centro, alavancando a sua autoridade supervisora e reguladora. O roteiro distingue entre mandatos diretos (onde o BdM lidera), mandatos partilhados (onde o BdM co-lidera com ministérios setoriais) e mandatos indiretos (onde o BdM facilita o alinhamento). A governança dependerá, portanto, da NFIC e de mecanismos interministeriais, seguindo exemplos de pares. Mecanismos concretos — como a integração da NFIC da Nigéria, o grupo de trabalho de finanças sustentáveis do Brasil sob o seu banco central e o conselho interagências da Indonésia que liga o Ministério das Finanças, a OJK e o banco central — estão resumidos no Anexo 5.

Princípios fundamentais para a governança

A estrutura de governança é orientada por um conjunto de princípios e objetivos destinados a promover clareza, inclusão e responsabilidade. Esses princípios garantem que a liderança do BdM seja exercida de forma eficaz, ao mesmo tempo em que promovem a colaboração e o alinhamento com as prioridades nacionais e as boas práticas internacionais.

- **Clareza de funções:** evitar a duplicação, mapeando explicitamente os mandatos.
- **Inclusão:** garantir que os grupos vulneráveis, as MPMEs e as empresas lideradas por mulheres estejam representados.
- **Transparência e responsabilização:** publicar relatórios anuais de progresso.

²⁰ Banco Central do Brasil / CMN. Resolução CMN 4.943 e normas relacionadas com ESG/risco climático. 2021

²¹ Otoritas Jasa Keuangan (OJK). Roteiro para o financiamento sustentável, fase II (2021-2025).

²² Autorité Marocaine du Marché des Capitaux (AMMC). Diretrizes para Títulos Verdes/Sociais/de Sustentabilidade. 2016-2018.

- **Adaptabilidade:** revisão periódica da estrutura de governança para incorporar prioridades emergentes (por exemplo, finanças verdes digitais, integração regional).

Estrutura de governança proposta

A estrutura proposta define funções e responsabilidades claras em todos os mandatos diretos, partilhados e indiretos do BdM, ao mesmo tempo que incorpora a colaboração com o governo, o setor privado e as partes interessadas da sociedade civil.

1) Supervisão estratégica – Comité Nacional de Inclusão Financeira (NFIC)

Objetivo: Garantir que as finanças verdes inclusivas (IGF) sejam totalmente integradas na política nacional de inclusão financeira e alinhadas com as estratégias de desenvolvimento e climáticas de Moçambique.

Abordagem: Aproveitar a autoridade existente do NFIC ao abrigo do ENIF 2025-2031, que inclui explicitamente o financiamento verde/sustentável na agenda de inclusão financeira, e adicionar o IGF como um item permanente para supervisão e tomada de decisões (metas, políticas e revisões anuais).²³²⁴

Justificação e alinhamento internacional: Os países que colocaram o IGF sob uma plataforma nacional de alto nível existente alcançaram um alinhamento mais rápido das ações fiscais, de supervisão e de mercado, evitando a duplicação de comités.²⁵²⁶

2) Mecanismo de orientação – Subcomité de Orientação do Roteiro do IGF (sob a NFIC)

Objetivo: Traduzir compromissos de alto nível em planos de trabalho anuais e acompanhar a execução de ações lideradas e partilhadas pelo BdM.

Abordagem: Presidido pelo BdM (estabilidade financeira, supervisão)²⁷, co-liderado pelo MF/MPD (fiscal, planeamento) e incluindo MTA/Energia/Agricultura, BVM/AMB/seguradoras e parceiros (AfDB, IFC/WB, FSDMoç, GIZ, Enabel).²⁸²⁹

Justificação e alinhamento internacional: Os bancos centrais homólogos lideram órgãos diretivos que coordenam a execução multiagências, mantendo a supervisão prudencial em primeiro plano.³⁰³¹³²

²³ ENIF 2025-2031 (Português). Governo de Moçambique / Comité Nacional de Inclusão Financeira, 2025.

²⁴ Relatório inicial do roteiro do BdM IGF. Banco de Moçambique / Programa AFI, 2025.

²⁵ Rede de Banca e Finanças Sustentáveis (SBFN). Kit de Ferramentas e Quadro de Medição do Roteiro de Finanças Sustentáveis. IFC, 2023.

²⁶ Governo do México. Comitê de Finanças Sustentáveis e Documentos de Governança da Taxonomia do México, 2022.

²⁷ De acordo com a Lei Orgânica (Lei 1/92, Artigo 3), que estabelece os objetivos principais do BdM como a salvaguarda da estabilidade monetária e financeira e o bom funcionamento do sistema de pagamentos.

²⁸ Ministério da Economia e Finanças (MEF) / MPD. Estratégia de Financiamento Climático e Notas de Orçamento (conforme referido no Estudo Diagnóstico), 2024-2025.

²⁹ Bolsa de Valores de Moçambique (BVM). Notas sobre a preparação do mercado de obrigações sustentáveis (conforme referido nas contribuições das partes interessadas), 2024-2025.

³⁰ Banco Central do Brasil / CMN. Resolução CMN 4.943 (ESG/Risco Climático) e normas relacionadas, 2021.

³¹ Banco Central da Nigéria (CBN). Princípios Bancários Sustentáveis da Nigéria - Plataforma de Implementação das Partes Interessadas, 2012-.

³² Banco do Gana. Princípios Bancários Sustentáveis e Notas de Orientação Setorial, 2019-.

3) Grupos de Trabalho Técnicos (TWGs) Alinhados com os Sete Pilares (S, B, D, C, P, I, X)

Objetivo: Fornecer conhecimentos técnicos especializados e ferramentas-piloto para operacionalizar cada pilar do roteiro.

Abordagem: Os TWGs são presididos pela direção relevante do BdM (por exemplo, Supervisão para o Pilar S, Mercados para o B, Investigação/Estatísticas para o D, Academia para o C), com a participação de entidades reguladas e es, FinTech, academia e OSC; os TWGs produzem modelos (por exemplo, modelos de testes de esforço, orientações de taxonomia, formulários de divulgação, estruturas de obrigações) para aprovação da NFIC.³³

Justificação e alinhamento internacional: Os supervisores que utilizaram TWGs ligados a pilares passaram mais rapidamente da orientação à implementação e garantiram a proporcionalidade para instituições de menor dimensão.³⁴³⁵

4) Envolvimento do setor privado e da sociedade civil – Fórum Público-Privado Anual sobre Finanças Verdes

Objetivo: Gerar adesão, transparência e confiança no mercado, envolvendo bancos, MPMEs, FinTechs, investidores e a sociedade civil.

Abordagem: O BdM e o MF/MPD coorganizam um fórum anual para divulgar o progresso (painel de M&E), apresentar projetos verificados e recolher feedback; sessões de trabalho setoriais (por exemplo, agricultura, energia, digital) são realizadas paralelamente.

Justificativa e alinhamento internacional: O envolvimento estruturado do mercado acelerou a emissão (obrigações/empréstimos), melhorou a qualidade da verificação e reforçou a confiança dos investidores nos mercados homólogos.³⁶³⁷

5) Avaliação independente e aprendizagem

Objetivo: Garantir a responsabilização, a aprendizagem adaptativa e o alinhamento com as boas práticas internacionais.

Abordagem:

- Revisões internas anuais realizadas pelo BdM (direções de Investigação e Supervisão), alinhadas com o Painel de M&E, para acompanhar o progresso e permitir correções oportunas.
- Avaliações externas independentes a cada três anos (por exemplo, pela AFI, IFC/SBFN ou parceiros académicos), comparando o progresso de Moçambique com as métricas e o progresso alcançado.
- Os resultados da avaliação serão analisados pelo Subcomité Diretor do Roteiro do IGF e incorporados nos planos de trabalho anuais para melhoria contínua.

³³ Fundação IFRS / ISSB. IFRS S1 e IFRS S2 Normas de Divulgação Relacionadas com a Sustentabilidade, 2023.

³⁴ Banco Central Europeu (BCE). Guia sobre riscos climáticos e ambientais – Expectativas de supervisão para bancos, 2020.

³⁵ Banco Central Europeu (BCE). Guia sobre riscos climáticos e ambientais – Expectativas de supervisão para bancos, 2020.

³⁶ Fórum dos Mercados de Capitais da ASEAN. Normas da ASEAN para obrigações verdes, sociais e sustentáveis, 2018-2022.

³⁷ Tesouro Nacional do Quênia / Autoridade dos Mercados de Capitais. Programa de Títulos Verdes e Nota de Orientação Política, 2019.

Justificação e alinhamento internacional: Este modelo de dupla via equilibra a apropriação e a eficiência de custos com a credibilidade e a responsabilização e é implementado por muitos pares.³⁸³⁹

6) Mapeamento de funções para os mandatos do BdM – Direto, Partilhado, Indireto

Objetivo: Clarificar as funções e evitar o desvio de mandatos, mapeando as tarefas de governação para as responsabilidades do BdM.

Abordagem:

- **Direta (liderança do BdM):** regras prudenciais e supervisão (regulamentação de riscos climáticos/ESG, divulgações, testes de estresse), padrões de dados, kits de ferramentas de supervisão.
- **Partilhada (BdM co-lidera):** regras sustentáveis para o mercado de obrigações/crédito (com MF/BVM), painel de controlo nacional (com MF/MPD), orientação do IGF e TWGs, plataformas de coordenação.
- **Indireta (BdM facilita):** instalações de preparação de pipeline, esquemas de seguro/resseguro, programas de MPMEs inclusivos de género liderados por ministérios/atores de mercado relevantes.⁴⁰⁴¹

Justificação e alinhamento internacional: O mapeamento de funções garante a utilização eficiente dos recursos, acelera a implementação e reforça a liderança do BdM nas áreas em que o seu mandato é mais forte, ao mesmo tempo que se alinha com as melhores práticas internacionais e abordagens comparáveis adotadas por bancos centrais semelhantes.

³⁸ Banco Central do Brasil / CMN. *Resolução CMN 4.943 e normas relacionadas a ESG/riscos climáticos*. 2021.

³⁹ Banco Central da Nigéria. *Princípios Bancários Sustentáveis da Nigéria – Plataforma de Implementação das Partes Interessadas*. 2012-. Ver também Rede de Bancos e Finanças Sustentáveis (SBFN). *Quadro de Medição e Relatórios de Progresso dos Países*. IFC, 2023.

⁴⁰ AFI. *Quadro de Finanças Verdes Inclusivas (IGF) e Recursos de Capacitação, 2022-2024*.

⁴¹ Estudo Diagnóstico AFI BdM. Banco de Moçambique / Programa AFI, 2025.

5. Estratégia de implementação e recomendações políticas

Esta secção define como Moçambique pode operacionalizar o Financiamento Verde Inclusivo (IGF), traduzindo os sete pilares do roteiro num conjunto sequencial de reformas e parcerias.

A estratégia é faseada: as ações de curto prazo estabelecem **as bases e a credibilidade**, as ações de médio prazo expandem **a mobilização de capital e a inovação de produtos**, e as ações de longo prazo consolidam **a resiliência e a integração em escala** com os mercados regionais/globais.

1. Iniciativas de capacitação (C1-C3)

Justificação: sem supervisores, banqueiros e empreendedores qualificados, a regulamentação e os produtos permanecerão superficiais. O reforço das capacidades é o facilitador de todas as outras reformas.

Ações:

- C1 (Curto prazo): Ministrando formação direcionada para supervisores e responsáveis de risco do BdM sobre risco climático/ESG, testes de stress e divulgação, com kits de ferramentas setoriais.
- C2 (Médio prazo): Institucionalizar um currículo da Academia BdM sobre finanças verdes e inclusivas para bancos, IMF e intermediários de MPMEs.
- C3 (Longo prazo): Estabelecer um Centro de Excelência para Finanças Verdes e Inclusivas, criando um centro regional de talentos e conhecimento e promovendo a produção de conhecimento local por meio de pesquisas, estudos de caso e melhores práticas moçambicanas.

2. Incentivos políticos e ajustes regulatórios (S1-S4, D1-D2, B1)

Justificação: A regulamentação e os incentivos proporcionais criam clareza e impulsionam a aceitação do mercado, ao mesmo tempo que alinham Moçambique com as normas internacionais.

Ações:

- S1, D1-D2, B1 (Curto): Finalizar a regulamentação de risco CES/ESG, integrar a taxonomia, exigir divulgações alinhadas com o ISSB com modelos proporcionais, introduzir verificação por terceiros para grandes instituições financeiras e adotar um Decreto de Títulos Sustentáveis.
- S2-S3 (Médio): Incorporar análises de risco CES/ESG no licenciamento e nas inspeções, exigir análise de cenários e divulgação da carteira de GEE pelas instituições financeiras.
- S4 (Longo prazo): Estabelecer um quadro macroprudencial que integre cenários climáticos e ESG na supervisão da estabilidade sistémica.

3. Parcerias público-privadas e financiamento misto (B2-B6, I1-I4)

Justificação: As necessidades de financiamento climático de Moçambique não podem ser satisfeitas apenas com fundos públicos. São necessárias parcerias inovadoras e instrumentos mistos para reduzir o risco dos projetos e atrair capital privado.

Ações:

- B2, I1 (Curto): Pilotar o primeiro título sustentável soberano/de empresa estatal de Moçambique com verificação independente e mapear um pipeline nacional de projetos verdes alinhado com a taxonomia.
- B4, I2-I3 (Médio): Expandir a emissão de obrigações sustentáveis para empresas e bancos, estabelecer um Mecanismo de Preparação de Projetos Verdes e agregar MPMEs, empréstimos agrícolas e projetos de acesso a energias renováveis em carteiras mistas. B3, B5-B6, I4 (Longo): Ampliar os incentivos de refinanciamento do BdM para MPMEs, posicionar Moçambique como um centro regional para obrigações temáticas, expandir para obrigações ligadas à sustentabilidade/transição e lançar uma Plataforma Nacional de Investimento Verde.

4. Envolvimento e coordenação das partes interessadas (P1-P3, X6-X7)

Justificação: As plataformas de coordenação e o envolvimento inclusivo das partes interessadas garantem que as reformas do IGF sejam alinhadas, transparentes e orientadas pela procura.

Ações:

- P1 (Curto prazo): Formalizar o papel do BdM nas plataformas de coordenação nacionais; assinar memorandos de entendimento com os ministérios relevantes para integrar o IGF em estratégias mais amplas.
- P2, X6-X7 (Médio): Lançar grupos de trabalho setoriais e o Fórum Anual de Financiamento Verde; definir metas de género para MPMEs lideradas por mulheres no crédito verde; e permitir a interoperabilidade digital para produtos verdes.
- P3 (Longo prazo): Institucionalizar a coordenação do IGF sob a NFIC para garantir a coerência das políticas a longo prazo. O alinhamento com as prioridades da ENIF 2025-2031 é fundamental, conforme detalhado no Anexo 5, para garantir a coerência entre as medidas do IGF e a estratégia nacional de inclusão financeira.

5. Monitorização, Avaliação e Responsabilização (D3-D5, X3, X9)

Justificação: A monitorização e avaliação credíveis garantem a confiança dos investidores e a responsabilização, ao mesmo tempo que permitem a aprendizagem adaptativa das políticas.

Ações:

- X3 (Curto prazo): Definir os KPIs do IGF com métricas desagregadas por género e inclusão.

- D3-D4 (Médio): Publicar um Relatório Anual de Progresso do IGF e operacionalizar um Painel de Finanças Verdes integrado com a marcação do orçamento climático do MPD/MF.
- D5, X9 (Longo prazo): Integrar o painel de controlo de Moçambique nas plataformas SADC/SBFN e realizar avaliações independentes do IGF a cada dois anos.

Tabela resumida da implementação faseada

Fase	Cronograma	Áreas de foco	Ações-chave (códigos)	Resultados
Curto prazo	0-2 anos	Construir bases	S1, D1-D2, B1, C1, I1, P1, X1-X3	Regulamentação de risco CES/ESG emitida; divulgações ISSB iniciadas ⁴² ; primeiro Decreto de Títulos Sustentáveis adotado; supervisores treinados; pipeline mapeado; plataforma de coordenação formalizada.
Médio prazo	2-4 anos	Mobilizar capital e dimensionar produtos	S2-S3, B2-B4, C2, I2-I3, P2, X5-X7	Emissão de obrigações sustentáveis soberanas e corporativas; Currículo da BdM Academy em funcionamento; Facilidade de Preparação de Projetos operacional; Lançamento de carteiras mistas de MPMEs; Institucionalização do Fórum de Finanças Verdes; Integração de género e digital alcançada.
Longo prazo	4+ anos	Consolidar e liderar regionalmente	S4, B3, B5-B6, D5, C3, I4, P3, X8-X10	Quadro macroprudencial climático; Moçambique posicionado como centro regional de obrigações; Plataforma Nacional de Investimento Verde mobiliza mais de 500 milhões de dólares anualmente; Centro de Excelência operacional; facilidade de resseguro explorada; IGF totalmente integrado na supervisão do BdM.

⁴² Os requisitos de divulgação começarão com projetos-piloto voluntários dentro de dois anos, passando para a adoção obrigatória apenas quando a capacidade institucional o permitir. Esta abordagem faseada segue as experiências de pares no Quênia e na África do Sul.

6. Conclusão

Moçambique, atualmente o 12.º país menos desenvolvido do mundo⁴³, há muitos anos abalado pelo abrandamento económico, degradação das suas infraestruturas, agitação política, insurgentes islâmicos nos seus territórios do norte, fraca confiança dos investidores e, em geral, altamente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas, encontra-se num momento crucial.

O Roteiro para o Financiamento Verde Inclusivo (IGF) fornece ao Banco de Moçambique e aos seus parceiros um quadro estruturado e exequível para abordar os riscos climáticos sistémicos, mobilizar investimentos sustentáveis e expandir o acesso a serviços financeiros que reforçam a resiliência das famílias, empresas e comunidades.

Ao sequenciar as reformas em horizontes de curto, médio e longo prazo, o roteiro garante ganhos iniciais, um impulso sustentado e uma transformação institucional a longo prazo.

A implementação bem-sucedida deste roteiro exigirá um forte compromisso dos seus principais líderes governamentais e uma liderança decisiva por parte do BdM, aliada a uma estreita colaboração entre o governo, as instituições financeiras, o setor privado e os parceiros de desenvolvimento. Acordos de governação claros, monitorização e avaliação robustas e alinhamento com as normas internacionais serão fundamentais para garantir a responsabilização e construir a confiança do mercado, apoiados por um plano de ação concreto com resultados tangíveis para aumentar a credibilidade.

A concretização desta agenda é essencial não só para salvaguardar a estabilidade financeira de Moçambique, mas também para posicionar o setor financeiro como um motor de crescimento inclusivo e sustentável, através do reforço da coordenação institucional, do reforço das capacidades específicas e do envolvimento com setores estratégicos

Ao cumprir os compromissos estabelecidos neste roteiro, Moçambique pode aspirar a tornar-se um líder regional em finanças verdes inclusivas, uma ambição de longo prazo a ser realizada gradualmente através de medidas concretas, tais como o avanço da supervisão dos riscos climáticos, a implementação piloto da emissão de obrigações sustentáveis, o reforço da coordenação interinstitucional, a catalisação do investimento, a proteção dos mais vulneráveis e a garantia de um sistema financeiro resiliente para as gerações futuras, ao mesmo tempo que se abordam os riscos de capacidade através de parcerias estratégicas.

⁴³ <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>

Alinhamento internacional e benchmarking

As ações do roteiro estão alinhadas com as melhores práticas internacionais, garantindo que as reformas de Moçambique sejam credíveis e viáveis.

A avaliação comparativa com países semelhantes destaca os domínios em que Moçambique já está a convergir com as normas globais e aqueles em que uma ambição adicional pode acelerar o progresso.

A tabela abaixo resume medidas seleccionadas por pilar, com a matriz completa de benchmarking disponível no Anexo 7.

Pilar	Moçambique Medida (Exemplo)	Melhores práticas de países semelhantes	Relevância para Moçambique
Supervisão e dados de risco climático	Regulamentação CES/ESG e testes de stress climático	Brasil e África do Sul - testes de estresse do banco central	Desenvolve a capacidade de supervisão e integra o risco climático na supervisão da estabilidade.
Obrigações verdes e crédito	Decreto sobre títulos sustentáveis e emissão piloto	Nigéria - primeiro título verde soberano (2017)	Abre os mercados de obrigações e reforça a credibilidade junto dos investidores.
Dados e divulgação de finanças verdes	Relatórios e painel de controlo alinhados com o ISSB	Gana - painel de relatórios ligado à taxonomia	Aumenta a transparência e atrai investimentos.
Infraestrutura institucional e de mercado	Mecanismo de preparação de projetos verdes	AfDB - Facilidade de Financiamento Verde da África	Reduz os custos de transação e cria um pipeline de projetos financiáveis.
Capacitação e sensibilização	Academia de Financiamento Verde	Quénia - Currículo de Finanças Sustentáveis da Associação de Bancários	Institucionaliza a formação e garante competências ESG consistentes.
Plataformas de política e coordenação	Fórum Nacional de Finanças Sustentáveis	África do Sul - Fórum de Risco Climático	Plataforma formal alinha reguladores, bancos e setor privado.
Transversalidade e inovação	Sandbox regulatório para fintech verde	Nigéria e Quénia - sandboxes de tecnologia financeira	Permite testes controlados de produtos climaticamente inteligentes.

A avaliação comparativa completa de todas as ações é fornecida no Anexo 2.

7. Anexos

Anexo 1. Códigos dos pilares e quadro de mapeamento de ações

A tabela abaixo define os códigos utilizados no roteiro, ligando cada um ao seu pilar e tipo de ação correspondentes, para facilitar a consulta ao longo do quadro de implementação e monitorização.

Código	Significado/Ação
S1	Finalizar e publicar a Regulamentação de Risco CES; integrar a taxonomia; medir as exposições de empréstimos; realizar testes de estresse piloto
S2	Incorporar análises de risco CES/ESG no licenciamento, inspeções e adequação de capital
S3	Exigir análise de cenários e divulgação da carteira de GEE das instituições financeiras
S4	Estabelecer uma estrutura macroprudencial que integre cenários climáticos e ESG.
B1	Adotar o Decreto sobre Títulos Sustentáveis e publicar orientações de implementação
B2	Lançar um projeto-piloto de obrigações sustentáveis soberanas/de empresas públicas com um avaliador independente
B3	Lançar incentivos de refinanciamento BdM para empréstimos verdes a MPMEs
B4	Expandir a emissão de obrigações sustentáveis para empresas e bancos; ligação à Facilidade de Projetos
B5	Posicionar Moçambique como centro regional para obrigações temáticas (verdes, azuis, resiliência, transfronteiriças)
B6	Expandir os instrumentos para obrigações ligadas à sustentabilidade e obrigações de transição
D1	Exigir divulgações climáticas e ESG alinhadas com o ISSB; modelos; relatórios desagregados por género
D2	Exigir verificação por terceiros das divulgações para grandes instituições financeiras
D3	Publicar relatório anual de progresso do IGF com resultados
D4	Criar um painel de controlo sobre o clima e as finanças sustentáveis (integrado com a etiquetagem MEF)
D5	Integrar o painel nacional com as plataformas SADC e SBFN
C1	Ministrar formação direcionada (supervisores do BdM, responsáveis pelo risco)
C2	Institucionalizar o currículo de finanças verdes/ESG da Academia BdM; formar empreendedores e facilitadores
C3	Estabelecer um Centro de Excelência para Finanças Verdes e Inclusivas
P1	Formalizar o papel do BdM na plataforma de coordenação; assinar memorandos de entendimento com ministérios
P2	Lançar grupos de trabalho específicos para cada setor; organizar o Fórum Anual de Finanças Verdes
P3	Institucionalizar a plataforma de coordenação sob a NFIC

Código	Significado/Ação
I1	Mapear o pipeline nacional de projetos verdes; definir critérios de elegibilidade alinhados com a taxonomia
I	Estabelecer o Mecanismo de Preparação de Projetos Verdes (cofinanciado com doadores)
I3	Agregar carteiras de MPMEs/agricultura em financiamento misto
I	Criar uma plataforma nacional de investimento verde (mobilização em grande escala)
X1	Lançar projetos-piloto de tecnologia financeira verde/móvel na sandbox regulatória do BdM
X	Emitir orientações sobre a proteção do consumidor em finanças verdes (empréstimos para energia solar, salvaguardas)
X3	Definir KPIs do IGF, incluindo métricas de género e inclusão
X4	Conceber projetos-piloto de seguros (microseguros para MPMEs/agricultura indexados ao clima)
X5	Criar um painel de reclamações dos consumidores para produtos ecológicos
X6	Definir metas de género para MPMEs lideradas por mulheres em crédito ecológico
X7	Permitir a interoperabilidade digital para crédito/seguro verde (dinheiro móvel, pontuação)
X8	Introduzir incentivos de alívio de capital para seguros contra riscos climáticos/desastres
X9	Avaliação independente do impacto do IGF a cada dois anos (estrutura de monitorização e avaliação estruturada)
X10	Desenvolver mecanismo regional de resseguro para agrupamento de riscos climáticos/de catástrofes

Inclusive Green Finance Roadmap (BdM) - Swimlane Chart with Action Codes

Climate & ESG Supervision (S)	S1	S2, S3	S4
Sustainable Bonds & Credit (B)	B1, B2	B3, B4	B5, B6
Data & Disclosure (D)	D1, D2	D3, D4	D5
Capacity Building (C)	C1	C2	C3
Coordination Platforms (P)	P1	P2	P3
Investment Pipeline (I)	I1	I2, I3	I4
Cross-Cutting: Gender, Digital, Insurance, M&E (X)	X1, X2, X3, X4	X5, X6, X7, X8	X9, X10
	Short-term (0-2 yrs)	Medium-term (2-4 yrs)	Long-term (4+ yrs)

Anexo 2. Pilares e ações do roteiro integrado mapeados com referências às melhores práticas internacionais

A tabela abaixo mapeia cada pilar do roteiro e as suas ações correspondentes para as melhores práticas internacionais relevantes, fornecendo ao BdM pontos de referência claros para alinhar a implementação com os padrões globais e as experiências de pares.

Nome do pilar	Código	Ação (Tarefa do Roteiro)	Referência de melhores práticas internacionais/de pares
Supervisão climática e ESG	S1	Finalizar e publicar a regulamentação de risco CES; integrar a taxonomia; medir as exposições de empréstimos; realizar testes de estresse piloto	Guia NGFS (2020) para supervisores; regulamentação de risco climático do Banco Central do Brasil (2021)
Supervisão climática e ESG	S2	Incorporar análises de risco CES/ESG no licenciamento, inspeções e adequação de capital	Expectativas de supervisão do Banco Central Europeu (BCE) sobre risco climático (2020)
Supervisão climática e ESG	S3	Exigir análise de cenários e divulgação da carteira de GEE das instituições financeiras	Testes de stress climático CBES do Banco de Inglaterra (2021); Divulgações climáticas da MAS Singapura
Supervisão climática e ESG	S4	Estabelecer um quadro macroprudencial que integre cenários climáticos e ESG	Práticas de integração do risco sistémico do NGFS; abordagem macroprudencial do Banco Central do Brasil
Títulos sustentáveis e crédito	B1	Adotar o Decreto sobre Títulos Sustentáveis e publicar orientações de implementação	Diretrizes da SEC da Nigéria para títulos verdes (2018); Padrões da ASEAN para títulos verdes
Títulos sustentáveis e crédito	B2	Emissão piloto de títulos sustentáveis soberanos/de empresas estatais com avaliador independente	Título verde soberano de Fiji (2017); título verde soberano do Egito (2020)
Títulos sustentáveis e crédito	B3	Lançar incentivos de refinanciamento BdM para empréstimos verdes a MPMEs	Esquema de refinanciamento do Banco do Bangladesh para produtos verdes
Títulos sustentáveis e crédito	B4	Expandir a emissão de obrigações sustentáveis para empresas e bancos; ligação à Facilidade de Projetos	África do Sul Obrigações ligadas à sustentabilidade da JSE (2022)
Títulos sustentáveis e crédito	B5	Posicionar Moçambique como centro regional para obrigações temáticas	Desenvolvimento do mercado de obrigações

Nome do pilar	Código	Ação (Tarefa do Roteiro)	Referência de melhores práticas internacionais/de pares
			verdes em Marrocos e no Quênia
Obrigações sustentáveis e crédito	B6	Expandir os instrumentos para obrigações ligadas à sustentabilidade e obrigações de transição	Obrigações soberanas ligadas à sustentabilidade do Chile (2022)
Dados e divulgação	D1	Mandato Divulgações climáticas e ESG alinhadas com o ISSB; modelos; relatórios desagregados por género	IFRS S1/S2 (2023); requisitos de divulgação ESG da Autoridade Prudencial da África do Sul
Dados e divulgação	D2	Exigir verificação por terceiros das divulgações para grandes instituições financeiras	Normas de verificação da Climate Bonds Initiative (CBI)
Dados e divulgação	D3	Publicar o Relatório Anual de Progresso do IGF com os resultados	Relatórios anuais sobre finanças sustentáveis do Banco Central de Marrocos
Dados e divulgação	D4	Criar um painel de controlo sobre o clima e as finanças sustentáveis (integrado com a etiquetagem MEF)	Centro de dados sobre finanças sustentáveis da OJK da Indonésia
Dados e divulgação	D5	Integrar o painel nacional com as plataformas SADC e SBFN	Base de dados de benchmarking entre pares SBFN
Capacitação	C1	Ministrar formação específica (supervisores do BdM, responsáveis pelo risco)	Programas de capacitação da AFI; Formação IGF do Banco do Bangladesh
Capacitação	C2	Institucionalizar o currículo de finanças verdes/ESG da Academia BdM; formar empreendedores e facilitadores	Módulos de formação em banca sustentável do Banco do Gana
Capacitação	C3	Estabelecer um Centro de Excelência para Finanças Verdes e Inclusivas	Modelo do Centro de Liderança e Governança Iclif da Malásia
Plataformas de coordenação	P1	Formalizar o papel do BdM na plataforma de coordenação; assinar memorandos de entendimento com ministérios	Plataforma de Finanças Verdes liderada pelo Tesouro Nacional do Quênia
Plataformas de coordenação	P2	Lançar grupos de trabalho específicos por setor; organizar o Fórum Anual de Finanças Verdes	Fóruns de partes interessadas nos Princípios Bancários Sustentáveis da Nigéria

Nome do pilar	Código	Ação (Tarefa do Roteiro)	Referência de melhores práticas internacionais/de pares
Plataformas de coordenação	P3	Institucionalizar a plataforma de coordenação sob a NFIC	Comité Interministerial do México sobre Finanzas Sustentáveis
Pipeline de investimentos	I1	Mapear o pipeline nacional de projetos verdes; definir critérios de elegibilidade alinhados com a taxonomia	Base de dados do pipeline de projetos verdes do Egito (2020)
Pipeline de investimentos	I2	Estabelecer um mecanismo de preparação de projetos ecológicos (cofinanciado com doadores)	Fundo de Resultados Verdes da África do Sul
Pipeline de investimentos	I3	Agregar carteiras de MPMEs/agricultura em financiamento misto	Modelo de agregação do Fundo Verde do Ruanda (FONERWA)
Pipeline de investimentos	I4	Criar uma plataforma nacional de investimento verde (mobilização em grande escala)	SDG da Indonésia Plataforma de financiamento misto SDG Indonesia One
Transversal	X1	Lançar pilotos de fintech/móveis verdes na sandbox regulatória da BdM	Dinheiro móvel e empréstimos solares pré-pagos no Quênia
Transversal	X2	Emitir orientações sobre a proteção do consumidor em finanças verdes	Diretrizes de proteção ao consumidor em níveis no Uganda
Transversal	X3	Definir KPIs do IGF, incluindo métricas de género e inclusão	Estrutura de financiamento verde inclusivo da AFI
Transversal	X4	Conceber projetos-piloto de seguros (microseguros para MPMEs/agricultura indexados ao clima)	Planos de seguro ACRE Africa do Quênia
Transversal	X5	Criar um painel de reclamações dos consumidores para produtos ecológicos	Estrutura do Ombudsman do RBI da Índia (adaptada ao financiamento verde)
Transversal	X6	Definir metas de género para MPMEs lideradas por mulheres no crédito verde	KPIs financeiros de género do Banco da Zâmbia
Transversal	X7	Permitir a interoperabilidade digital para crédito/seguro verde	Estratégia de finanças digitais do BSP das Filipinas (ligando fintech e verde)
Transversal	X8	Introduzir incentivos de alívio de capital para seguros contra riscos climáticos/desastres	Incentivos prudenciais do Banco do Bangladesh para empréstimos verdes

Nome do pilar	Código	Ação (Tarefa do Roteiro)	Referência de melhores práticas internacionais/de pares
Transversal	X9	Avaliação independente do impacto do IGF a cada dois anos	Avaliações periódicas de financiamento sustentável no México e na Indonésia
Transversal	X10	Desenvolver mecanismo regional de resseguro para agrupamento de riscos climáticos/de catástrofes	Pool de seguros da Capacidade Africana de Risco (ARC)

Anexo 3. Roteiro do IGF - Painel de monitorização e avaliação

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores e marcos para cada pilar do roteiro, servindo como um painel prático para o BdM acompanhar o progresso a curto, médio e longo prazo.

Pilar	Métrica	Tipo	Curto prazo (0-2 anos)	Médio prazo (2-4 anos)	Longo prazo (4+ anos)
S - Supervisão climática e ESG	% de instituições financeiras com estruturas de risco climático/ESG	Quant	30% das IF adotam estruturas CES	60% das IF adotam e reportam anualmente	100% das instituições financeiras cumprem e divulgam
	Número de inspeções de supervisão, incluindo ESG	Quant	Inspeção piloto de risco ESG (2-3 bancos)	ESG integrado em todas as inspeções	ESG como parte da supervisão do risco sistémico
	Resultados dos testes de esforço publicados	Qual	Resultados do teste de esforço piloto publicados	Resultados setoriais integrados na supervisão do BdM	Publicação anual no Relatório de Estabilidade Financeira do BdM
B - Obrigações sustentáveis e crédito	# / Volume de obrigações sustentáveis emitidas	Quant	1-2 emissões-piloto	Emissão acumulada de 100 milhões de dólares	Posicionar Moçambique como centro regional
	% de empréstimos ligados a ESG no crédito total	Quant	Mapeamento da linha de base concluído	+5% do total de empréstimos	+15% do total de empréstimos
	% das instituições financeiras que publicam divulgações alinhadas com o ISSB	Quant	Os 5 principais bancos publicam relatórios	Todos os bancos publicam relatórios	Todas as instituições financeiras publicam, o painel BdM consolida
D - Dados e divulgação	Painel de controlo financeiro verde da BdM	Qual	Protótipo com 3-4 indicadores	Implementação nacional completa com mais de 10 indicadores	Integrado nas plataformas regionais da SADC/SBFN
	C - Capacitação	Quant	Número de supervisores BdM formados	20 funcionários formados	50 funcionários formados
					100 funcionários formados

Pilar	Métrica	Tipo	Curto prazo (0-2 anos)	Médio prazo (2-4 anos)	Longo prazo (4+ anos)
	Centro de Excelência operacional	Qual	Estudo de viabilidade concluído	Centro lançado com 3-4 programas	Totalmente funcional, com parcerias regionais
P - Plataformas de coordenação	Número de reuniões de coordenação anuais	Quant	2 reuniões realizadas	4 reuniões por ano	Plataforma institucionalizada
	Memorandos de entendimento assinados com ministérios	Quant	2 memorandos de entendimento assinados	4 memorandos de entendimento assinados	Integração permanente sob a NFIC
I - Pipeline de Investimento Verde	Número de projetos financiáveis identificados	Quant	10 projetos mapeados	50 projetos mapeados	Mais de 100 projetos mapeados
	\$ mobilizados através da plataforma de investimento	Quant	20 milhões de dólares mobilizados	100 milhões de dólares mobilizados	Mais de 500 milhões de dólares mobilizados
X - Transversal	% de crédito verde para MPMEs lideradas por mulheres	Quant	Linha de base estabelecida	+10% do crédito verde total	+25% do crédito verde total
	Número de produtos de seguro contra desastres climáticos	Quant	1-2 projetos-piloto	5 produtos	Mais de 10 produtos
	Avaliação independente do IGF	Qual	Estrutura de avaliação concebida	Primeiro ciclo de avaliação concluído	Recorrente a cada 2 anos

Anexo 4. Roteiro do IGF - Anexo operacional de monitorização e avaliação por subpilar

A tabela abaixo apresenta o Anexo Operacional de Monitorização e Avaliação, mapeando cada ação do roteiro (S1-X10) para indicadores mensuráveis e marcos faseados, fornecendo ao BdM uma ferramenta estruturada para acompanhar a implementação a curto, médio e longo prazo.

Código	Ação	Métrica	Curto prazo (0-2 anos)	Médio prazo (2-4 anos)	Longo prazo (4+ anos)
S1	Finalizar e publicar a Regulamentação de Risco CES (incluindo taxonomia)	Regulamentação publicada; número de bancos que aplicam a taxonomia	Regulamentação finalizada e publicada	50% dos bancos adotam estruturas de risco CES	Todas as instituições supervisionadas em total conformidade
S2	Medir a exposição dos empréstimos aos riscos físicos e de transição	% das carteiras avaliadas; número de bancos que apresentaram relatórios	Mapeamento da exposição ao risco de empréstimos concluído para os 5 maiores bancos	Divulgações ao nível da carteira alargadas ao setor	Cobertura total em todas as instituições financeiras
S3	Testes de stress climáticos/ESG piloto com os principais bancos	Número de bancos participantes; metodologia	Piloto com 2-3 bancos	Expandido para os 10 principais bancos	Testes de stress sistémicos anuais integrados
S4	Incorporar análises de risco ESG no licenciamento/inspeções	% de inspeções, incluindo ESG	ESG adicionado aos modelos de licenciamento	Risco ESG integrado em todas as inspeções de supervisão	Totalmente institucionalizado como norma de supervisão
S5	Exigir análise de cenários e divulgação de GEE da carteira	% de bancos que reportam; alinhamento com NGFS	Orientação emitida para análise de cenários	60% dos bancos publicam dados de GEE ao nível da carteira	100% de adoção e o BdM publica dados consolidados
S6	Integração macroprudencial do clima/ESG	Número de indicadores macroprudenciais, incluindo ESG	Estudo de viabilidade realizado	Desenvolvimento de indicadores macroprudenciais-piloto	Indicadores ESG incorporados na estrutura de risco sistémico

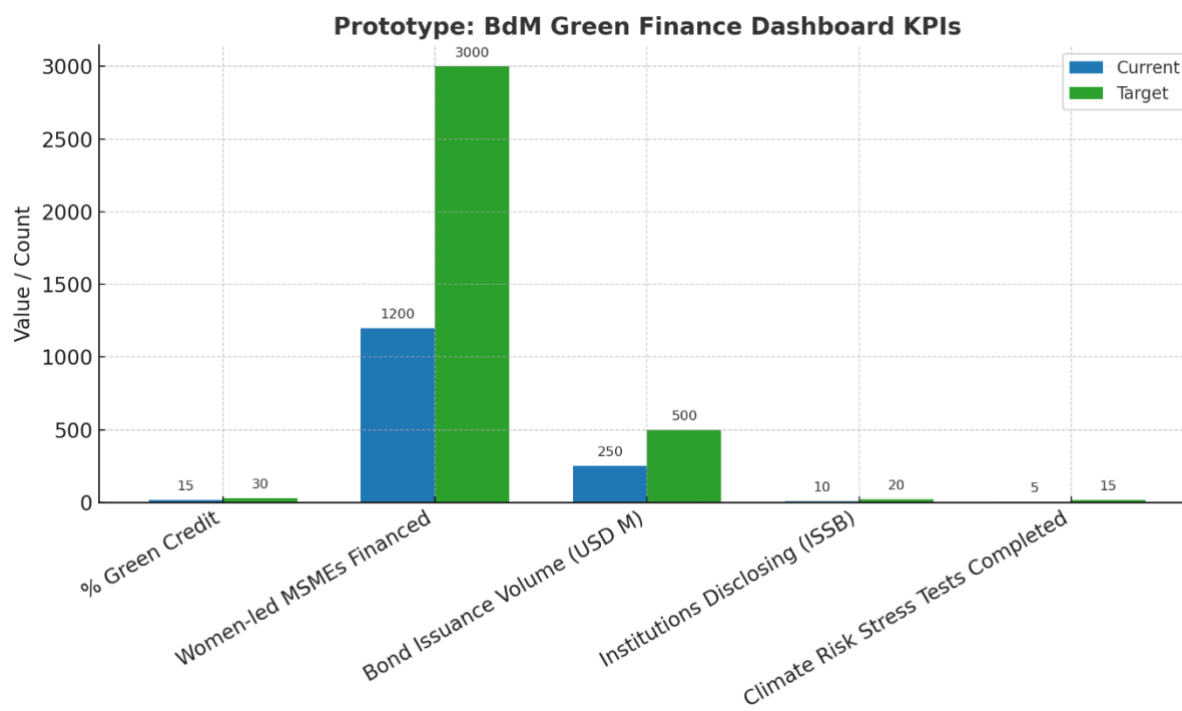
Código	Ação	Métrica	Curto prazo (0-2 anos)	Médio prazo (2-4 anos)	Longo prazo (4+ anos)
B1	Adotar o Decreto sobre Títulos Sustentáveis	Adoção legal; número de emissões	Decreto adotado e publicado	Emissões iniciais ao abrigo do novo decreto	Títulos sustentáveis normalizados como instrumento de financiamento
B2	Emissão piloto de títulos sustentáveis soberanos/de empresas estatais	Volume; verificação por terceiros	Primeiro título piloto emitido	Pelo menos mais 2 obrigações emitidas	Os títulos sustentáveis tornam-se uma ferramenta regular de emissão de dívida
B3	Expandir a emissão de títulos sustentáveis para empresas/bancos	Número de emissões; % verificadas	Conscientização aumentada; 1-2 pilotos corporativos	10 emissões corporativas/bancárias	Mercado de obrigações sustentáveis ativo e líquido
B4	Orientação para empréstimos e refinanciamentos ligados a ESG	% de crescimento dos empréstimos verdes	Diretrizes emitidas	Produtos de empréstimo ESG lançados em 5 bancos	Empréstimos ligados a ESG ≥15% do mercado de crédito
B5	Incentivos de refinanciamento do BdM para MPMEs verdes	\$ refinanciados; % de crédito para MPMEs	Viabilidade projetada	Linha de refinanciamento do BdM operacional	Refinanciamento escalonado com incentivos prudenciais
D1	Mandato Divulgações alinhadas com o ISSB	% das instituições financeiras que divulgam	Os 5 maiores bancos publicam relatórios	Todos os bancos publicam relatórios	Todas as instituições financeiras divulgam e o BdM consolida
D2	Verificação por terceiros para grandes instituições financeiras	% verificado; estrutura de garantia	O BdM emite orientações sobre garantia	Os 10 maiores bancos auditados	Verificação independente em 80% dos ativos
D3	Painel de controlo climático e financeiro sustentável do BdM	Funcionalidade do painel	Protótipo lançado	Painel nacional ativo com mais de 10 indicadores	Integrado com painéis regionais da SADC/SBFN

Código	Ação	Métrica	Curto prazo (0-2 anos)	Médio prazo (2-4 anos)	Longo prazo (4+ anos)
D4	Publicar relatório anual de progresso do IGF	Relatório de estado	Primeiro relatório de progresso publicado	Relatórios anuais institucionalizados	O BdM publica relatórios regulares do IGF como parte do FSR
C1	Ministrar formação para supervisores/responsáveis pelo risco	Número de formados; % certificados	20 funcionários formados	50 funcionários formados	100 funcionários formados, supervisores ESG certificados
C2	Currículo ESG da Academia BdM	Status do currículo	Projeto de currículo elaborado	Módulos institucionalizados na Academia BdM	Formandos regulares treinados; reconhecimento regional
C3	Estabelecer Centro de Excelência	Estatuto do centro; # parcerias	Viabilidade concluída	Lançamento do centro	Totalmente operacional com mais de 5 parceiros internacionais
P1	Função da BdM na plataforma de coordenação	Lugar da BdM confirmado	BdM representado	O BdM preside pelo menos um grupo de trabalho	Liderança do BdM institucionalizada no âmbito da NFIC
P2	MoUs com ministérios	N.º assinados	2 memorandos de entendimento assinados	4 memorandos de entendimento assinados	Memorandos de entendimento renovados; programas conjuntos em funcionamento
P3	Fórum Anual de Finanças Verdes	Fórum realizado	Primeiro fórum convocado	Fórum anual institucionalizado	Fórum torna-se evento nacional
P4	Institucionalizar a plataforma sob a NFIC	NFIC atualizado	Discussões iniciais da NFIC	Mandato ampliado para incluir financiamento verde	Plataforma totalmente integrada sob a NFIC
I1	Mapeamento do pipeline de projetos verdes	Número de projetos identificados	10 projetos mapeados	50 projetos mapeados	Mais de 100 projetos mapeados

Código	Ação	Métrica	Curto prazo (0-2 anos)	Médio prazo (2-4 anos)	Longo prazo (4+ anos)
I2	Mecanismo de Preparação de Projetos Verdes	Estado do mecanismo	Facilidade concebida e financiada	Operacional, apoia 10 projetos	Ampliada, ligada à plataforma de investimento
I3	Carteiras agregadas de MPMEs/agronegócio	N.º de carteiras; \$ mobilizados	Agregação piloto concebida	Pelo menos 3 carteiras mistas operacionais	Carteiras mistas ampliadas para o nível nacional
I4	Plataforma Nacional de Investimento Verde	Status da plataforma; \$ investidos	Viabilidade realizada	Plataforma lançada com 100 milhões de dólares	Mais de 500 milhões de dólares em investimentos anuais mobilizados
X1	Pilotos digitais de fintech/móveis	N.º de pilotos; clientes alcançados	1-2 pilotos lançados	5 projetos-piloto operacionais	Financiamento verde digital generalizado
X2	Proteção do consumidor em finanças verdes	Diretrizes; # reclamações resolvidas	Diretrizes emitidas	Painel de reclamações operacional	Proteção ao consumidor totalmente institucionalizada
X3	Definir KPIs do IGF, incluindo métricas de género	Estrutura de KPIs	KPIs publicados	Estrutura de monitorização operacional	KPIs totalmente integrados nos relatórios BdM
X4	Metas de género para MPMEs lideradas por mulheres	% de empréstimos verdes para MPMEs lideradas por mulheres	Linha de base identificada	Aumento de +10	+25% de alocação sustentada
X5	Projetos-piloto de microsseguros climáticos/contra desastres	N.º de produtos; beneficiários	1-2 projetos-piloto lançados	5 produtos lançados	Mais de 10 produtos disponíveis
X6	Incentivos de alívio de capital para seguros	Incentivos emitidos	Projeto concluído	Incentivos lançados	Seguradoras a utilizar ativamente os incentivos
X7	Painel de reclamações para produtos ecológicos	Status do painel	Protótipo lançado	Implementação total	Institucionalizado em toda a BdM
X8	Interoperabilidade digital para APIs de crédito/seguros	APIs; instituições conectadas	API piloto lançada	5 instituições conectadas	Interoperabilidade nacional alcançada

Código	Ação	Métrica	Curto prazo (0-2 anos)	Médio prazo (2-4 anos)	Longo prazo (4+ anos)
X9	Avaliação independente do IGF	Avaliação publicada	Estrutura concebida	Primeira avaliação concluída	Avaliação recorrente a cada 2 anos
X10	Estrutura de monitorização e avaliação de 5 anos operacional	Estado da estrutura	Rascunho da estrutura preparado	Estrutura totalmente operacional	Avaliações e relatórios sustentáveis

Anexo 5: Ilustração dos KPIs do Painel de Finanças Verdes



Anexo 6: Benchmarking internacional e melhores práticas

Pilar/Área de ação	Medida proposta	Exemplo de melhores práticas de pares	Justificação para Moçambique
1. Supervisão e dados sobre riscos climáticos (Pilares 1 e 3)	Taxonomia verde nacional e divulgação alinhada com o ISSB	África do Sul - Taxonomia Verde (2022); Quênia - Taxonomia de Financiamento Verde (2025)	Proporciona clareza aos investidores, alinha Moçambique com os mercados globais e reduz o greenwashing.
	Incentivos prudenciais verdes (por exemplo, ponderações de risco mais baixas, refinanciamento verde do BdM)	Bangladesh - Esquema de refinanciamento do Banco Central para empréstimos verdes	Incentiva os bancos a concederem crédito a MPMEs e pequenos agricultores em setores vulneráveis às alterações climáticas.
	Laboratórios de simulação de riscos climáticos	Brasil e África do Sul - os bancos centrais realizaram testes de estresse climático em relatórios de estabilidade	Permite que o BdM e os bancos «aprendam na prática» a realizar testes de estresse com baixo custo inicial.
2. Títulos e créditos verdes (Pilar 2)	Estrutura de Títulos Sustentáveis (Decreto + piloto)	Nigéria - Primeiro título verde soberano em África (2017)	Aumenta a confiança dos investidores e estabelece Moçambique nos mercados obrigacionistas regionais.
	Fundo de Garantia de Crédito Verde	Brasil - FGI Fundo de Garantia para MPMEs	Reduz os riscos dos empréstimos a pequenos mutuários, abordando as barreiras ao financiamento das MPMEs.
	Poupanças verdes e cartões ecológicos	Bancos europeus - cartões biodegradáveis com poupanças ligadas à reflorestação	Mobiliza a participação dos consumidores, ligando a inclusão à consciência climática.
3. Infraestrutura institucional e de mercado (Pilar 4)	Mecanismo de Preparação de Projetos Verdes	AfDB - Facilidade de Financiamento Verde Africano	Reduz os custos de transação e cria um canal financiável onde a capacidade de preparação é fraca.

Pilar/Área de ação	Medida proposta	Exemplo de melhores práticas de pares	Justificação para Moçambique
	Plataformas de financiamento misto	Quénia - Programa de Obrigações Verdes (2019)	Mobiliza capital privado através da agregação de fundos concessionais e comerciais para projetos verdes.
	Mobile Money-Climate Nexus (empréstimos para energia solar, microsseguros)	Quénia - M-Kopa pay-as-you-go solar	Amplia soluções de última milha para comunidades rurais por meio da penetração móvel existente.
	Inovação em finanças azuis (obrigações azuis, trocas de dívida por natureza)	Seicheles - Primeiro título azul soberano (2018)	Aproveita a costa e a pesca de Moçambique para obter financiamento sustentável, ao mesmo tempo que alivia a pressão da dívida.
4. Capacitação e sensibilização (Pilar 5)	Centro de Capacitação Regulatória (Unidade de Finanças Sustentáveis do BdM)	Egito - Centro Regional para o Financiamento Sustentável (FRA)	Centro permanente para ancorar a supervisão e a formação, reduzindo a dependência de projetos ad hoc de doadores.
	Academia de Finanças Verdes (formação para bancos/IMF)	Quénia - Currículo de Finanças Sustentáveis da Associação de Banqueiros (2015)	A formação institucionalizada desenvolve competências ESG/verdes consistentes em todo o sistema financeiro.
	Canal de Talentos Verdes	Maurício - Bolsas de estudo em finanças sustentáveis com universidades	Garante um pipeline de profissionais de finanças verdes, abordando lacunas de competências a longo prazo.
	Campanhas de literacia financeira e climática	Filipinas - Literacia financeira sobre resiliência a desastres do BSP	Aumenta a adoção de produtos e a resiliência entre grupos vulneráveis.
5. Plataformas de política e coordenação (Pilar 6)	Fórum Nacional de Financiamento Sustentável	África do Sul - Fórum sobre Riscos Climáticos	Oferece uma plataforma formal para alinhar reguladores, bancos e setor privado,

Pilar/Área de ação	Medida proposta	Exemplo de melhores práticas de pares	Justificação para Moçambique
			reduzindo a fragmentação.
	Centros provinciais de financiamento verde	Gana - Centros regionais de PME/finanças	Descentraliza o acesso, garantindo que as MPMEs rurais e as cooperativas não sejam excluídas.
6. Consciencialização e transparência (ligação aos pilares 3 e 5)	Painel de finanças verdes (BdM + MEF)	Gana - Painel de relatórios ligado à taxonomia	Melhora a transparência, permitindo dados harmonizados para supervisão e relatórios aos investidores.
7. Transversalidade e inovação (Pilar 7)	Sandbox regulatório para fintech verde	Nigéria e Quênia - Sandboxes regulatórias para fintech	Permite testes controlados de produtos climaticamente inteligentes (empréstimos para energia solar, créditos de carbono).
	Aquisições ecológicas e procura âncora	UE - Mandatos de compras públicas verdes	As compras públicas estimulam a procura por MPMEs verdes, atraindo financiamento.
	Ferramentas monetárias ligadas ao clima	China - Quadro de garantias ecológicas do PBoC	Posiciona o BdM na vanguarda da banca central, alinhando as ferramentas de liquidez com os objetivos de sustentabilidade.
	Fundos de resiliência comunitária	UNCDF - MERCIM+ Fundos de resiliência local de Moçambique	Baseia-se em projetos-piloto existentes, canalizando rapidamente liquidez para distritos vulneráveis após catástrofes.

Anexo 7: Indicadores ilustrativos de risco climático para o Quadro de Avaliação da Estabilidade Financeira (FSAF)

Em alinhamento com o Plano Estratégico 2024-2026 do BdM (Pilar 2: Estabilidade Financeira), o roteiro introduz um conjunto de indicadores ilustrativos para integrar os riscos financeiros relacionados com o clima no Quadro de Avaliação da Estabilidade Financeira (FSAF). Estes indicadores apoiarão o trabalho contínuo do BdM para melhorar a monitorização do risco sistémico, os testes de esforço e a supervisão prudencial. Os dados serão recolhidos através dos canais de reporte de supervisão existentes e de modelos de risco climático desenvolvidos com parceiros técnicos, e os resultados serão divulgados periodicamente através do Relatório de Estabilidade Financeira do BdM e das atualizações do progresso do roteiro.

Dimensão	Indicador	Objetivo/Interpretação	Frequência
Exposição	% do total dos empréstimos bancários a <i>setores sensíveis ao clima</i> (agricultura, pescas, energia, transportes, imobiliário)	Identifica a exposição sistémica a riscos físicos e de transição	Anual
	% da carteira de empréstimos localizada em <i>zonas geográficas de alto risco</i> (inundações, ciclones, secas)	Mapeia a concentração de riscos físicos por região	Anual
	Participação dos ativos financeiros em <i>indústrias intensivas em carbono</i>	Mede a exposição a setores com risco de transição	Anual
Resiliência	% de instituições financeiras que realizam <i>testes de stress ou análises de cenários de risco climático</i>	Acompanha a adoção das expectativas de supervisão	Anual
	% de instituições financeiras com <i>políticas de gestão de risco climático</i> aprovadas pelo conselho	Avalia a preparação da governança	Anual
	Existência de <i>modelos de dados de risco climático</i> integrados nos relatórios de supervisão do BdM (sim/não)	Verifica a integração estrutural dos dados climáticos	Uma vez
Impacto sistémico	Alteração nos <i>rácios de NPL</i> em setores sensíveis ao clima	Sinais precoces de choques climáticos que afetam a qualidade da carteira	Semestral
	Estimativa das <i>perdas de crédito em cenários de stress climático</i> (% do capital total)	Quantifica as potenciais perdas sistémicas	Bienal

Dimensão	Indicador	Objetivo/Interpretação	Frequência
	Número de <i>medidas de política macroprudencial</i> adotadas para lidar com os riscos climáticos (por exemplo, reservas, limites de exposição)	Regista a resposta da supervisão ao risco sistémico	Anual

Anexo 8: Acrónimos

- **AFI** - Aliança para a Inclusão Financeira
- **AMB** - Associação Moçambicana de Bancos
- **ASEAN** - Associação das Nações do Sudeste Asiático
- **BdM** - Banco de Moçambique
- **BVM** - Bolsa de Valores de Moçambique
- **CBES** - Cenário Exploratório Bienal Climático (Banco de Inglaterra)
- **CBI** - Iniciativa de Obrigações Climáticas
- **CES** - Supervisão Climática e ESG
- **CMN** - Conselho Monetário Nacional (Brasil)
- **CSO** - Organização da Sociedade Civil
- **DFI** - Instituição Financeira de Desenvolvimento
- **BCE** - Banco Central Europeu
- **EIB** - Banco Europeu de Investimento
- **ENIF** - Estratégia Nacional de Inclusão Financeira
- **ESG** - Ambiental, Social e Governança
- **FSD Moç** - Aprofundamento do Setor Financeiro em Moçambique
- **GHG** - Gases com efeito de estufa
- **GRI** - Iniciativa Global de Relatórios
- **ICMA** - Associação Internacional do Mercado de Capitais
- **IFC** - Corporação Financeira Internacional
- **IGF** - Financiamento Verde Inclusivo
- **INGC** - Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
- **IPP** - Produtor Independente de Energia
- **ISSM** - Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique
- **ISSB** - Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade
- **KPI** - Indicador-chave de desempenho
- **MAS** - Autoridade Monetária de Singapura
- **M&E** - Monitorização e Avaliação
- **MFI** - Instituição de Microfinanças
- **MoE** - Ministério da Educação
- **MoF / MF** - Ministério das Finanças
- **MPD** - Ministério da Economia e Desenvolvimento
- **MSME** - Micro, Pequenas e Médias Empresas
- **NBFI** - Instituição Financeira Não Bancária
- **NDC** - Contribuição Nacionalmente Determinada
- **NFIC** - Comité Nacional de Inclusão Financeira
- **NGFS** - Rede para a Ecologização do Sistema Financeiro
- **OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- **PBoC** - Banco Popular da China
- **PPP** - Parceria Público-Privada
- **RBI** - Banco Central da Índia
- **SADC** - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
- **SBP** - Banco Estatal do Paquistão
- **SBFN** - Rede de Banca e Finanças Sustentáveis
- **ODS** - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
- **PME** - Pequenas e Médias Empresas
- **SOE** - Empresa estatal
- **TCFD** - Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima
- **ToC** - Teoria da Mudança

- **TWG** - Grupo de Trabalho Técnico
- **UNCDF** - Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital
- **PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- **UNEP FI** - Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- **WB** - Banco Mundial

Nota sobre os anexos 2 e 6:

Os anexos 2 e 6 têm finalidades distintas, mas complementares, no roteiro. O anexo 2 fornece um mapeamento detalhado das ações para as melhores práticas, ligando cada ação do roteiro (códigos S1-X10) a normas internacionais específicas e experiências de pares para orientar a implementação técnica.

Em contrapartida, o Anexo 6 oferece uma visão geral mais ampla de benchmarking internacional, comparando o roteiro de Moçambique com abordagens sistêmicas adotadas por pares como África do Sul, Quênia, Nigéria, Egito, Ruanda e Gana.

Em conjunto, estes anexos garantem que o roteiro está alinhado operacionalmente com as normas globais e estrategicamente posicionado dentro das melhores práticas regionais e internacionais, reforçando a sua credibilidade e viabilidade.

Característica	Anexo 2 - Pilares e ações do roteiro integrado com melhores práticas	Anexo 6 - Benchmarking internacional e melhores práticas
Objetivo	Demonstra como cada <i>ação específica do roteiro</i> (códigos S1-X10) está alinhada com os padrões internacionais ou exemplos de pares.	Fornece uma comparação mais ampla, a nível nacional, de estruturas financeiras sustentáveis, destacando lições sistêmicas.
Estrutura	Formato de matriz/tabela: Pilar → Código → Ação → Referência internacional.	Narrativa comparativa + tabelas: Países pares (por exemplo, África do Sul, Quênia, Nigéria, Egito, Ruanda, Gana) → as suas estruturas → relevância para Moçambique.
Nível de detalhe	Alinhamento ação por ação (granular).	Comparação a nível nacional/sistémico (estratégico, agregado).
Foco	Implementação operacional: que ferramenta ou precedente global apoia cada etapa do roteiro.	Posicionamento estratégico: como Moçambique se compara aos seus pares e quais lições podem ser aprendidas.
Caso de uso	Para as equipas técnicas do BdM: garante que cada ação do roteiro é apoiada por um precedente credível, reduzindo o risco de conceção.	Para decisores políticos e doadores: demonstra alinhamento internacional, cria confiança e posiciona Moçambique regionalmente.
Resultado	Ferramenta de referência para implementação, ligada aos códigos do roteiro.	Narrativa de benchmarking + tabelas resumidas das experiências dos países.
Complementaridade	Validação ao nível micro (específica para cada tarefa).	Comparação ao nível macro (em todo o sistema). A combinação de ambas garante que as ações sejam credíveis e estrategicamente alinhadas.

8. Bibliografia

Normas e quadros globais

- NGFS. *Guia para supervisores: Integrando riscos climáticos e ambientais na supervisão prudencial*. 2020.
- NGFS. *Riscos relacionados com o clima e estabilidade financeira: perspectivas macroprudenciais*. 2021-2023.
- Fundação IFRS / ISSB. *IFRS S1 e IFRS S2 Normas de Divulgação relacionadas com a Sustentabilidade*. 2023.
- Iniciativa de Títulos Climáticos (CBI). *Estrutura de Garantia*. Versão mais recente.
- Rede de Banca e Finanças Sustentáveis (SBFN, IFC). *Quadro de Medição da SBFN e Relatórios de Progresso dos Países*. 2023.
- Aliança para a Inclusão Financeira (AFI). *Quadro de Finanças Verdes Inclusivas (IGF) e Recursos de Capacitação*. 2022-2024.

Bancos Centrais e Supervisores Avançados

- Banco Central Europeu (BCE). *Guia sobre riscos climáticos e ambientais - Expectativas de supervisão para bancos*. 2020.
- Banco de Inglaterra. *Cenário Exploratório Bienal Climático (CBES) - Resultados Finais*. 2022.
- Autoridade Bancária Europeia (EBA). *Documento de discussão sobre o papel dos riscos ambientais no quadro prudencial*. 2022.
- Autoridade Monetária de Singapura (MAS). *Diretrizes sobre Gestão de Risco Ambiental (para Bancos/Seguradoras); Orientação sobre Relatórios e Divulgação de Sustentabilidade*. 2020-2022.
- Autoridade Monetária de Singapura. *Grupo de Trabalho da Indústria Financeira Verde (GFIT) - Manuais e Programas de Capacitação*. 2021-2023.
- Banco Central da Índia (RBI). *Esquema Integrado de Ombudsman e Sistema de Gestão de Reclamações*. 2021.
- Bangko Sentral ng Pilipinas (BSP). *Roteiro para a transformação dos pagamentos digitais 2020-2023; Quadro de financiamento sustentável*. 2020.

Bancos Centrais e Reguladores de Mercados Emergentes

- Banco Central do Brasil / CMN. *Resolução CMN 4.943 e normas relacionadas a ESG/risco climático*. 2021.
- Bangladesh Bank. *Esquema de refinanciamento para energia renovável e produtos verdes*. 2009-em curso.

- Banco do Gana. *Princípios Bancários Sustentáveis e Notas de Orientação Setorial*. 2019-.
- Banco Central da Nigéria. *Princípios Bancários Sustentáveis da Nigéria - Plataforma de Implementação das Partes Interessadas*. 2012.
- Banco Estatal do Paquistão (SBP). *Bancos pela igualdade - Reduzindo a desigualdade de género na inclusão financeira*. 2021.
- Banco do Uganda. *Diretrizes para a Proteção do Consumidor Financeiro*. Versões atualizadas.
- Otoritas Jasa Keuangan (Indonésia). *Roteiro para o financiamento sustentável - Fase II (2021-2025) e iniciativas relacionadas com dados*.
- Governo do México. *Comitê de Finanças Sustentáveis e Documentos de Governança da Taxonomia do México*. 2022.

Práticas soberanas e do mercado de capitais

- Comissão de Valores Mobiliários (Nigéria). *Regras sobre títulos verdes*. 2018.
- Fórum dos Mercados de Capitais da ASEAN. *Normas da ASEAN para obrigações verdes, sociais e sustentáveis*. 2018-2022.
- República das Fiji / Banco Mundial. *Título Verde Soberano das Fiji - Estudo de Caso*. 2017-2018.
- República Árabe do Egito, Ministério das Finanças. *Emissão de Títulos Verdes Soberanos*. 2020.
- Governo do Egito. *Mapa de projetos verdes / Pipeline de projetos sustentáveis*. 2020.
- Autoridade Marroquina do Mercado de Capitais (AMMC). *Diretrizes para Títulos Verdes/Sociais/Sustentáveis*. 2016-2018.
- Autoridade dos Mercados de Capitais (Quênia). *Nota de Orientação Política sobre Títulos Verdes; Programa Nacional de Títulos Verdes do Tesouro*. 2019.
- Tesouro Nacional do Quênia / Programa de Títulos Verdes. *Coordenação de Títulos Verdes e Desenvolvimento do Mercado*. 2019.
- Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE). *Segmento de Títulos Vinculados à Sustentabilidade*. 2022.
- Governo do Chile, Ministério das Finanças. *Títulos soberanos ligados à sustentabilidade*. 2022.

Financiamento misto e facilidades de investimento verde

- Fundo de Resultados Verdes (África do Sul). *Mecanismo de Financiamento Misto Ligado ao Impacto*. 2020.

- Fundo Verde do Ruanda (FONERWA). *Agregação de projetos e financiamento misto*. 2012.
- PT SMI (Indonésia). *Plataforma de financiamento misto SDG Indonesia One*. 2018.

Seguros e agrupamento de riscos

- ACRE África. *Programas de seguros agrícolas baseados em índices*. Vários anos.
- Capacidade Africana de Risco (ARC). *Agrupamento de riscos soberanos para riscos climáticos/catástrofes*. Vários anos.

Inovações digitais e de inclusão

- GSMA / IFC. *Modelos PAYGO Solar e Mobile Money (M-KOPA, etc.)*. Vários anos.